



**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal do Concelho de Figueira
Castelo Rodrigo, realizada no dia vinte e
oito de abril de dois mil e vinte e três**

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três pelas quinze horas, no Auditório do Pavilhão dos Desportos, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----A Senhora Sandra Monique Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, começando por fazer a chamada para saber se todos os Senhores Deputados estavam presentes e, que a Senhora Mónica Isabel da Costa Marques, Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, iria auxiliar.-----

-----Assim, a Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal efetuou a chamada, tendo-se verificado a presença de todos os Senhores Deputados.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal congratulou-se, com a presença mais expressiva dos finalistas do décimo segundo ano do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo naquele dia, pois sempre que aparecessem mais alunos todos os que ali estivessem presentes iriam ficar muito contentes, uma vez que estariam a mostrar interesse em querer assistir e a tomarem conhecimento do trabalho que seria realizado naquelas assembleias, para que depois pudessem transmitir aos colegas e amigos. Esperava ainda que na próxima vez conseguissem incentivar mais pessoas para estarem presentes, e quem saberia se não fariam alguma intervenção.-----

-----De seguida procedeu-se à abertura dos trabalhos desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

-----1. Período de Intervenção Aberto ao Público-----

-----2. Período de Antes da Ordem do Dia-----

-----3. Período da Ordem do Dia:-----

-----3.1. Correspondência recebida e outras informações.-----

-----3.2. Aprovação da Ata da Sessão realizada no dia 19 de dezembro de 2022.-----

- 3.3.** Proposta para conhecimento da Assembleia Municipal - Proposta n.º 30/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Cedência de Espaço para Atendimento à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - Celebração de Protocolo.-----
- 3.4.** Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.-----
- 3.5.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 28/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento Municipal do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo.-----
- 3.6.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 31/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento Municipal da Loja Social "+ Sorrisos" do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.-----
- 3.7.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 32/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Designação do Júri para Processo de Recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 3.º grau - Unidade de Obras, Planeamento e Ambiente.-----
- 3.8.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 36/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Freguesia de Castelo Rodrigo - Protocolo de Cooperação.-----
- 3.9.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 37/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Freguesia de Mata de Lobos - Protocolo de Cooperação.-----
- 3.10.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 40/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Reabilitação/Remodelação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Figueira de Castelo Rodrigo - Aprovação de Minuta de Contrato de Cooperação Interadministrativo.-----
- 3.11.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 41/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento Municipal de Condecorações do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.-----
- 3.12.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 42/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem - "Tu decides" - do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.-----
- 3.13.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 47/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Figueira de Castelo Rodrigo - SAAS.-----
- 3.14.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 44/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Segunda Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais para o Ano de 2023.-----
- 3.15.** Apreciação, Discussão e Votação da Proposta n.º 45/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Prestação de Contas do ano económico de 2022.-----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu haver algum público presente, que gostaria de lhes passar a palavra, tendo perguntado se alguém pretendia inscrever-se para intervir naquela assembleia, sendo que deu a palavra ao Presidente da Associação de Estudantes e finalista do décimo segundo ano do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, Alexandre Coelho, para que fizesse a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal-----

-----e demais membros da Mesa-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

-----e demais Vereadores-----

-----Exmas. Senhoras e Senhores Deputados-----

-----Demais Figueirenses-----

-----Os jovens que estão a concluir o décimo segundo ano no Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo culminaram, no passado mês de março, o seu percurso académico no nosso agrupamento com a realização do seu Baile de Finalistas!-----

-----Este ano escolhemos como lema:-----

-----Insiste, persiste e nunca desistas!-----

-----Depois acrescentamos-lhe:-----

-----O mundo forma-nos para nós formarmos o mundo.-----

-----E, o nosso mundo inclui Figueira de Castelo Rodrigo, as suas aldeias, o nosso concelho...-----

-----Como é óbvio, nós também queremos 'voar' para fora do ninho. Calcorrear mundo...mas estamos certos que muitos de nós havemos de querer regressar a casa. Para tal, deixamos aqui expressa a nossa vontade e esperança de que nos sejam criadas as condições para que se concretize o nosso sonho de podermos retornar, valorizando o que é nosso através da aprendizagem adquirida noutras paragens.-----

-----Manifestámo-lo publicamente na noite do nosso baile e pessoalmente quando fomos recebidos na nossa câmara municipal. Mas faltava-nos agradecer nesta assembleia municipal.-----

-----Tivemos muitos apoios e patrocínios da população, das empresas locais e de algumas juntas de freguesia, a quem também agradecemos.-----

-----Mas há um obrigado especial que queremos destacar, e esse é ao município de Figueira de Castelo Rodrigo, na pessoa do seu Presidente o Senhor Carlos Condesso...agradecer-lhe a disponibilização da magnífica tenda, o apoio financeiro e toda a imensa ajuda prestada aos finalistas desde a primeira hora...e foram tantas as nossas solicitações!-----

-----Bem-haja a si e à demais vereação, ao gabinete de apoio e também a todos os funcionários que, de uma forma ou outra, nos ajudaram.-----

-----Em nome de todos os finalistas, obrigado.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Associação de Estudantes e finalista do décimo segundo ano do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, Alexandre Coelho, tendo perguntado se mais alguém pretendia inscrever-se para intervir naquela assembleia, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**2. Período de Antes da Ordem do Dia**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam inscrever-se para intervir naquele ponto antes da ordem do dia, sendo que pela ordem de inscrição deu a palavra à Senhora Deputada Patrícia Daniela Gouveia Ferreira para que fizesse a sua intervenção.-----

-----A Senhora Deputada Patrícia Daniela Gouveia Ferreira fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

-----Exmos. Senhor e Senhora Vereadores-----

-----Exmos. Senhores e Senhoras Presidentes de Junta-----

-----Exmos. Senhores e Senhoras deputados da Assembleia Municipal-----

-----Exmos. Senhores e Senhoras-----

-----Serei tão breve e concisa quanto possível para dar simplesmente a nota dos avanços no nosso concelho.-----

-----Senhor Presidente-----

-----Permita-me que o felicite, e na sua pessoa estender as felicitações aos membros do executivo municipal, pela devolução da vida que o nosso concelho tanto apelava.-----

-----Desde que assumiram os comandos desta autarquia tem-nos sido possível a nós munícipe, figueirenses e apaixonados pela nossa terra conhecer o progresso e dinâmica que acreditávamos já não ser possível. Vivíamos tempos de um cinzentismo que nos assombrava os dias e que quase nos fazia perder a esperança.-----

-----E eis se não quando vivemos dias de cor, de obra feita e de sorrisos no rosto.-----

-----E como prometi ser breve vou apenas sinalizar alguns casos como:-----

----- - A requalificação do Restaurante do Parque de Lazer de Castelo Rodrigo-----

----- - A requalificação do Canil Municipal-----

----- - De salientar a nossa Casa da Cultura, que lhe foi devolvida a vida que há muito lhe tinha sido roubada. E que agora visa mobilizar os figueirenses em torno de um projeto comum de dinâmica cultural e recreativa.-----

-----Hoje quem nos visita sai daqui com vontade de regressar e nós, que aqui residimos, quando saímos das portas do nosso concelho recebemos as palavras de felicitação pelo trabalho que aqui está a ser feito.-----

-----Prova que os outros nos veem como um bom exemplo a seguir ao nível da política local.-----

-----Reparem que até já estamos alinhados com os destinos turísticos em que o êxito já lhes é reconhecido há muito.-----

-----Até os elementos de arte urbana, inaugurados na simbólica data do 25 de Abril, que honram e dignificam esta data tão importante para o nosso País, trazem cor e a contemporaneidade que nós por cá também tínhamos como ambição.-----

-----Senhor Presidente-----

-----Por tudo isto e muito mais que não pronunciei por fazer questão de ser breve, lhe agradeço e exorto-o, em meu nome e do grupo municipal do Partido Social Democrata desta assembleia a prosseguir este trilho de modernidade ao qual já nos habituámos.-----

-----E acima de tudo na sua atitude, Senhor Presidente, firme, tão firme e tão afincada de respeitar sempre o erário público. Nunca se subjugando a situações que possam mais tarde envergonhar e melindrar a honra do povo figueirense.-----

-----Muito obrigada!"-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Patrícia Ferreira e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Ricardo Beato Pereira que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

-----Senhores Vereadores da Câmara Municipal-----

-----Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----Caros Membros da Assembleia Municipal-----

-----Figueirenses, especialmente aos jovens aqui presentes, pois é com muito gosto que nas últimas sessões temos visto que a atividade política local tem suscitado algum interesse, especialmente nas camadas mais jovens da sociedade figueirense, isso é muito importante. Aliás, foi assim que alguns de nós ganhámos o gosto pela causa pública, por defender os interesses da nossa terra e é aqui nestes locais que devem fazer as vossas intervenções, colocar em cima da mesa as vossas preocupações e fazer transmitir a vossa mensagem, não só a vossa, mas também dos vossos amigos, dos vossos familiares, problemas que tenham na escola, na vossa vida e que gostavam de ver refletidos na atuação do executivo municipal, acho que devem vir aqui e devem exigir, porque são os jovens que têm que ter um olhar especial da parte do executivo municipal, aliás os jovens e os idosos são os mais desfavorecidos e são aqueles que merecem mais cuidado na nossa ação política. Eu tenho tido sempre esse cuidado, até porque foi aí que iniciei estas lides e é difícil despir esse casaco das jotas e daquilo que, juntamente com a Patrícia que também passou por essa escola, digamos assim, é difícil deixar de viver esses assuntos, por isso obrigado por estarem aqui, e desafio-vos a trazer mais amigos e a realmente participar no dia a dia do nosso concelho desta maneira.-----

-----Não queria deixar também de iniciar esta intervenção por felicitar o executivo municipal pela forma cuidada como tem promovido o concelho.-----

-----São muitas as ações de charme que têm sido levadas a efeito nos mais diversos locais e são iniciativas que dão mostra do melhor que temos para oferecer.-----

-----Passou, de há pouco tempo a esta parte, a existir uma preocupação séria na preservação do património histórico e edificado que se encontrava ao abandono e que não teve a devida atenção no passado recente.-----

-----De salientar a forma como se realizaram as festividades das Amendoeiras em Flor, na qual tivemos a oportunidade de passar um dia inteiro na RTP com a antena aberta a mostrar o melhor que nós temos, e também a participação no Off Road Caminho de Salomão, que é mais uma entrada de turistas nesta região do Vale do Coa, entre muitas outras que estão na informação que o Senhor Presidente irá abordar de seguida. São estas iniciativas que geram retorno de investimento e que se repercute de forma positiva na economia local como fator de criação de riqueza.-----

-----De igual forma também queria salientar pequenas obras que são grandes conquistas, digamos assim, como é o caso do desmantelamento do antigo posto de combustível na Avenida 25 de Abril, desativado há anos, que continuava a poluir visualmente a nossa sala de visitas e que agora permite receber com mais dignidade quem nos visita. Confesso que na assembleia anterior era para abordar este assunto e perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o que é que tencionava fazer com aquele mono que ali estava e, por surpresa minha, parece que por telepatia o Senhor Presidente conseguiu, depois de tantos anos, tirar o posto de abastecimento que estava desativado naquele local e neste momento temos uma sala de visitas digna, e se futuramente requalificando ainda um pouco mais aquele espaço, vai ficar como merece aquele Largo, o Largo da Feira, como toda a gente o chama. Era impressionante o tempo em que este assunto esteve realmente ao abandono. É a mostra de como o conselho era gerido nos últimos anos deixar as coisas ao abandono.-----

-----E agora, não queria deixar de reconhecer então este bom trabalho prestado.-----

-----E por estarmos em Abril-----

-----Querida também reconhecer a excelente ideia do executivo municipal da criação de um grupo de trabalho para preparar as comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos.-----

-----Temos aqui diversos membros que foram convidados a fazer parte desta comissão. Um deles está ali atrás, é um jovem, certamente terá muitas ideias e espero que durante o ano se possam realizar coisas também para os mais jovens no âmbito destas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.-----

-----Porque é importante capacitar os cidadãos para as conquistas de abril e também a importância de salvaguardar a democracia como a conhecemos, apesar das muitas limitações que ela tem hoje em dia.-

-----Isto porque apesar do contrário do que nos é feito crer, nos muitos discursos de abril, inclusive naqueles que ocorreram em Figueira há poucos dias, não houve só amanhã que cantam.-----

-----Apesar de todas as conquistas que são de salutar e que não são de forma nenhuma de ignorar, o Portugal de hoje não é o Portugal de abril e para quem não viveu em ditadura como eu, custa compreender o rumo que o país tomou, o rumo de um país desgraçado na cauda de tudo e de todos.-----

-----Este Portugal de hoje apresenta os piores rácios de desenvolvimento ao nível da OCDE, um país assimétrico, envelhecido, com os piores resultados ao nível da produtividade, dívida pública, investimento público, uso de tecnologia, entre tantos outros, que faz perigar, numa economia aberta a viabilidade do país como ele existe.-----

-----Hoje em dia, se tivéssemos que vender o país, se calhar teríamos que ainda pagar para ficarem com ele.-----

-----Eu diria que o reflexo de abril em Portugal teve um enorme impacto, mas não teve o justo seguimento. Seremos todos culpados é certo, mas essa reflexão tem de ser feita sob pena de olharmos apenas para as flores e esquecer o que interessa, que é Portugal e os portugueses.-----

-----Por isso, deixo também o repto para capacitar os jovens de tudo o que foi bom em abril, mas também daquilo que é preciso fazer para os formar cívica e politicamente.-----

-----Obrigado."-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Luís Pereira e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra à Senhora Deputada Anabela Saraiva Pinto Coelho que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----e demais elementos da Mesa-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara-----

-----e demais membros da Vereação-----

-----Exmas. Senhoras e Senhores Deputados-----

-----Exmo. Público-----

-----Trago de novo a esta sessão da assembleia municipal um tema que, como não acharão estranho, me diz muito. É que me motiva a cada dia que passa, ainda mais, para ajudar e trazer mais e melhor saúde para o nosso concelho.-----

-----A saúde no nosso concelho não é a ideal.-----

-----Temos falta de recursos humanos, nomeadamente um médico desde um de novembro de dois mil e vinte e dois, e três médicos atualmente no ativo a assegurar o serviço, todos eles já ultrapassaram a idade da reforma. Faltam-nos assistentes técnicos há já algum tempo, bem como outros técnicos superiores nomeadamente um psicólogo.-----

-----A boa notícia é que a nível do ranking distrital, que avalia o índice de desempenho global, ou seja, o nosso trabalho efetivo, a nossa UCSP encontra-se sempre no topo. Isto demonstra muito trabalho e dedicação por parte de todos os profissionais de saúde na sua multidisciplinariedade, muitas vezes à custa do sacrifício pessoal e familiar de cada um, para conseguirmos suprir as faltas de recursos humanos. Por vezes o serviço de urgência, o SAP, encontra-se encerrado porque os nossos médicos não conseguem assegurar os dias todos da semana, pois têm que garantir também as consultas. Este serviço é assegurado por uma empresa de prestação de serviços, que nem sempre consegue dar a melhor

resposta, isto é o que se passa hoje. Prevê-se que esta situação se vá agravar dentro em breve se não forem tomadas medidas.-----

-----A saúde deve ser tida em conta por toda a sociedade nomeadamente pelas entidades que têm responsabilidades sobre esta matéria.-----

-----Mas...e a propósito de mais e melhor saúde, permitam-me reconhecer o mérito do município de Figueira de Castelo Rodrigo com o cartão de saúde e a sua parceria com a Fundação Álvaro de Carvalho através do programa 'Dar Visão ao Interior, Dar Visão a Figueira de Castelo Rodrigo' ultrapassou recentemente a bonita marca das cem pessoas do nosso concelho, operadas às cataratas.-----

-----Felizmente não é só de cataratas que nos congratulamos de falar...a jornada assistencial que tão bons frutos deu, ainda que sem o fulgor da do ano passado, voltou a repetir-se este ano, possibilitando que mais cinquenta e três figueirenses pudessem ter, de graça, uma consulta de especialidade no nosso concelho, no nosso centro de saúde, e tivessem o encaminhamento adequado posteriormente. Uma fórmula de sucesso que, espero e faço votos, possa continuar para Figueira avançar, também, com muitos cuidados de saúde...-----

-----Saúde é também sabermos defender-nos e acautelarmo-nos quando tratamos de pessoas acamadas ou com pouca mobilidade. Também aí o município de Figueira de Castelo Rodrigo, com o imprescindível apoio da Fundação Álvaro de Carvalho, promoveu sessões teóricas e práticas de reabilitação destinadas a profissionais de lares de idosos e centros de dia. Mais de meia centena de cuidadores e profissionais do concelho tiveram a oportunidade de receber esta formação ministrada por uma equipa de uma fisiatra e fisioterapeutas que se deslocaram ao nosso concelho. Com esta formação, pretendeu-se habilitar os participantes a cuidar-se primeiro para depois poder cuidar dos outros, evitando lesões, dores e problemas físicos que o incapacitem de prestar serviço.-----

-----Porque o passado não se altera e só o futuro podemos mudar...vamos lá continuar a pugnar por mais e melhor saúde no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----Bem haja."-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Anabela Coelho e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Alexandre Canotilho Coelho, Presidente de Junta da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal-----

-----e demais membros da Mesa-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, e demais Vereação-----

-----Senhoras e Senhores Deputados Municipais-----

-----Estimados Figueirenses-----

-----Caros Jovens presentes nesta plateia-----

-----Sopram ventos de mudança...sopram novos ventos em Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----Respira-se hoje um 'ar renovado'...-----

-----E, tal como afirma hoje no seu editorial do Boletim Municipal o Presidente da Câmara, Carlos Condesso...-----

-----Há vida em Figueira de Castelo Rodrigo!-----

-----Somos, efetivamente, um concelho abençoado pela natureza. Temos património histórico edificado e temos, também, paisagens deslumbrantes, que podem ser percorridas por trilhos e veredas inóspitas, que nos transportam a locais onde 'perdemos a respiração 'tamanha é a beleza' e a vista alcançada.-----

-----Mas este território, que a todos deve deixar orgulhosos...tem de atrair cada vez mais gente à cata de novas aventuras.-----

-----E, como muito bem diz, de desfrutar dos cantos e recantos dos nossos 508 km² de território.-----

-----Hoje, vivemos novos tempos... somos notícia na rádio e televisão portuguesa.-----

-----Mas por bons motivos, já que preferimos ser reconhecidos pelas boas notícias. Daquelas que honram pela rigorosa gestão da causa pública, pelo respeito e pela contratação pública, pela transparência e lealdade com a lei e os seus munícipes... e estou plenamente convicto, e confiante, que com as parcerias certas Figueira de Castelo Rodrigo tem muito para ganhar.-----

-----Exemplo recente disso mesmo é um dos mais recentes projetos da Territórios do Coa, nefastamente afastada do nosso concelho, vá-se lá entender porquê...e que estoicamente implementou a Rota Turística Literária do Elefante, e que recentemente trouxe ao nosso concelho, com passagem pelos povos de baixo, vindos de Cidadelhe, mais de uma centena de turistas de gama média / alta, com o patrocínio do Clube Escape Livre, que prima pela diferenciação na sua atividade de todo-o-terreno...-----

-----Como dizia o nosso nobel da literatura, José Saramago...'Sempre chegamos ao sítio aonde nos esperam'...-----

-----Saibamos nós, e estou certo que sim, recebe-los de braços abertos!-----

-----Partilho, pois, consigo, Senhor Presidente a sua convicção expressa neste editorial que há pouco mencionei do nosso Boletim Municipal...-----

-----É bom viver no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo!-----

-----Aqui temos qualidade de vida!-----

-----Saibamos nós estar na linha da frente, ser locomotiva e não a última carruagem. Essa mesma carruagem que, de anúncio em anúncio de concurso público para a reabilitação da linha de Barca d' Alva, não sai sequer de qualquer apeadeiro quanto mais de uma estação! Seja sempre a nossa voz, firme e incisiva contra a falta de palavra dos nossos governantes que, quando nos visitam, só nos sabem iludir com sábias palavras.-----

-----E sim, Senhor Presidente, conte sempre connosco para fazer Figueira avançar, afirmando orgulhosamente – Há vida em Figueira de Castelo Rodrigo!-----

-----Muito obrigado."-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Carlos Coelho, tendo passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal mencionou, que a correspondência teria sido distribuída a todos os membros da assembleia municipal.-----

-----**3.2. Aprovação da Ata da Sessão realizada no dia 19 de dezembro de 2022.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou, que a ata iria ser retirada da ordem de trabalhos, uma vez que lhe teria sido entregue muito recentemente, e como tal só seria incluída na próxima sessão.-----

-----**3.3. Proposta para conhecimento da Assembleia Municipal - Proposta n.º 30/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Cedência de Espaço para Atendimento à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - Celebração de Protocolo.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, iniciou a sua intervenção, por cumprimentar a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, cumprimentou também os restantes membros da Mesa, a Senhora Mónica Marques e o Senhor Rui Inácio, bem como as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora e o Senhor Vereador ali presente. Deu ainda um cumprimento muito especial aos alunos do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, pela participação ativa que teriam tido naquela assembleia, a qual haveria sido registada com agrado, não só por ele mas por todos os presentes. Aproveitou também para felicitar aqueles alunos e outros que lá não se encontrariam, porque teriam conseguido chegar à fase final daquilo que seria o Parlamento dos Jovens, ou seja, que a Escola Secundária de Figueira de Castelo Rodrigo, iria estar na Assembleia da República a representar o Distrito da Guarda. Nesse sentido ressaltou que continuassem com aqueles valores e a trabalhar como estariam, ou seja, para o bem comum. Destacou que teriam desempenhado bem o seu papel, uma vez que haveriam passado todas as fases necessárias para passar, e que desejaria em seu nome e em nome do executivo, que na fase final também lhes corresse bem e que vencessem, mas que se tal não acontecesse já teriam ganho, porque haveriam conseguido chegar onde nunca teriam conseguido chegar. Agradeceu ainda as palavras que lhe teriam sido dirigidas pelo Presidente da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, Alexandre Coelho, mas que não teria feito mais do que a sua obrigação, assim como o restante executivo, porque haveria sido para trabalhar e colaborar com todos que teriam sido eleitos, onde se incluíam naturalmente os finalistas e todos os alunos do Agrupamento de Escolas. Realçou que as condições que teriam naquele momento seriam dignas, quer para a realização do Baile de Finalistas quer também todo o apoio logístico e financeiro que lhes teria sido concedido. Assim agradeceu mais uma vez as palavras que lhe teriam sido proferidas, bem como a presença de todos eles. No que diria respeito à proposta para conhecimento, a qual estaria relacionada com a cedência de um espaço para atendimento à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, informou que lamentavelmente e mais uma vez, a câmara municipal teria que se substituir ao Estado e à Administração

Central não só naquelas áreas, mas principalmente na da agricultura, uma vez que o concelho seria orgulhosamente agrícola. Referiu que quando recebeu o Senhor Diretor da DRAP Centro - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, lhe teria comunicado, o qual posteriormente fez por escrito tal como se poderia constatar nos documentos anexos à proposta, que o edifício que seria propriedade do ministério da agricultura já não reuniria as condições para continuar com os serviços em Figueira de Castelo Rodrigo, uma vez que teria muitas infiltrações, as quais já teriam causado uma grande avaria na parte elétrica que seria preciso arranjar, só que não teriam autorização da tutela para realizarem obras de melhoramentos, e como tal haveriam proposto que a câmara municipal ficasse com aquele imóvel. Saliu que teria ficado pasmado com tal proposta, pois então se o governo não teria dinheiro para fazer aquelas obras, pretenderia entregá-lo à câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo para que se fizessem lá melhoramentos e depois viesse a servir a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, e que aquilo obviamente nunca iria aceitar. Esclareceu que nas negociações que se haveriam seguido com o Senhor Diretor e com o Senhor Diretor Regional Adjunto, disse sempre que se teria de fazer de tudo, tanto do lado da autarquia como no lado do ministério, para que os serviços da agricultura não saíssem de Figueira de Castelo Rodrigo, pois isso seria um ponto de honra, senão caso contrário teria que se fazer um levantamento mais que não fosse com os agricultores, uma vez que não os estaria a ver sair do concelho quando na sua maioria seriam idosos, para irem tratar de questões tão simples como o subsídio para o gasóleo agrícola ou outra questão ligada à agricultura, e terem que se deslocar quer a Pinhel quer a Almeida, o que não teria nenhum cabimento nem justificação. Por isso o município ter-se-ia disponibilizado, porque mais uma vez o Estado e a Administração Central teriam deixado o concelho ao abandono, a arranjar um espaço para que os técnicos da Direção Regional de Agricultura e Pescas pudessem fazer o atendimento em Figueira de Castelo Rodrigo, mas que fosse de forma temporária, até que conseguissem sensibilizar ou o Senhor Primeiro-Ministro, o Ministro das Finanças ou a Ministra da Agricultura para que se arranjassem verbas para se reabilitar aquele edifício que mereceria ser recuperado. Frisou ainda que não se poderia desistir daquele edifício, porque estaria numa zona de entrada na vila e que se iria degradar a cada dia que passasse. Assim teria sido arranjada uma solução, a qual passaria por um gabinete na antiga Casa dos Magistrados, onde atualmente funcionaria o Ninho de Empresas do Conhecimento, para que os agricultores continuassem a ter atendimento no concelho. Saliu que seria de lamentar que a tutela e o governo não garantissem às populações visadas o atendimento que deveriam ter e que mereceriam. Adiantou ainda que nem o executivo nem nenhum dos deputados da assembleia municipal deveriam estar satisfeitos, porque aquilo que apenas estaria a ser feito depois de ter sido cedido o espaço, é que só estaria a haver atendimento duas vezes por semana na parte da manhã. Perante tal situação já teria entrado em contacto com o Senhor Diretor Regional, dizendo-lhe que aquele espaço teria que estar aberto para os agricultores de segunda a sexta-feira, mas como estariam com problemas em abrir concursos para o recrutamento de técnicos para a Direção Regional, ter-lhes-ia dito que se teria que arranjar uma solução, e como tal haveria entrado em contacto com uma pessoa que já estaria na administração pública, e que entretanto já teria pedido a mobilidade para aquele serviço, no sentido de se assegurar

que houvesse atendimento aos agricultores durante toda a semana. Portanto naquele momento o processo já não dependeria dele nem do executivo, uma vez que já teriam feito tudo o que estivesse ao alcance deles para conseguirem manter os serviços no concelho, porque caso contrário iríamos ser votados ao abandono, numa área tão fulcral e importante como seria a agricultura. Mais disse que não iria desistir de sensibilizar o atual governo ou outro que viesse a entrar para governar Portugal, que fizesse o cabimento e que colocasse lá umas verbas para que se conseguisse reabilitar aquele edifício que seria do estado e não da câmara municipal, porque se na altura teria sido possível construí-lo apesar de nunca ter tido manutenção, o qual se pôde constatar aquando da visita que se teria realizado com os técnicos, a vergonha em que se encontraria aquele espaço e as condições precárias que teria o funcionário que lá trabalharia e que atualmente se encontraria aposentado, pois estaria cingido a um pequeno gabinete em que as pastas estariam todas encostadas a um canto para que não lhe caísse a água em cima nos dias de chuva. Assim na sua opinião, todos em conjunto deveriam reivindicar que aquele espaço teria que ter obras de melhoramento. Explicou também que haveria deixado ali aquela informação, porque seria muito importante que todos os presentes soubessem aquilo que se passaria no concelho, nomeadamente numa área tão importante como seria a da agricultura. Mais disse que presentemente a câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e que muitas outras câmaras municipais do interior do país teriam que se substituir ao Estado, quer na área da saúde, da educação, da ação social e pelos vistos também na agricultura, e que aquela é que seria a verdade. Claro que enquanto os municípios conseguissem suportar as despesas estaria tudo bem, mas que quando não tivessem essa capacidade financeiramente alguém teria que assumir as suas responsabilidades.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, terminou a sua intervenção dizendo que relativamente aquele assunto seria tudo o que teria para dizer aquela assembleia.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**3.4. Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal antes de abrir a informação à discussão dos Senhores Deputados, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em apreciação.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que não obstante toda a informação estar naquele documento escrito, queria em nome da transparência e da gestão autárquica, e para que as Senhoras e os Senhores Deputados tivessem conhecimento e o público presente iria dar ali algumas informações que julgaria úteis, para que estivessem a par daquilo que seriam as obras e do que se teria realizado desde o período que teria mediado a última assembleia até à que se estaria efetuar naquele momento.-----

-----Assim haveria comunicado ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, que depois de anos a fio o reservatório de água de Escalhão ter estado com uma grande rotura de água, em que se teria desperdiçado milhares e milhares de litros de água, finalmente aquela obra estaria feita e que presentemente já não haveria fugas de água naquele reservatório. Esclareceu que teria sido um dos primeiros pedidos que lhe haveriam feito quando entrou na câmara municipal, e como tal dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, Mário Francisco Macias Pinto, para lhe dizer que já poderia transmitir à população que o assunto estaria resolvido, tendo destacado que teria sido uma pena ter-se estado tantos anos a desaproveitar todos aqueles milhares de litros de água, quando daria para ver que todos os dias corria água a fio daquele depósito. Por outro lado, também informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, que o problema que existiria da falta de água na zona mais alta da aldeia à saída para Escarigo, a bomba que iria bombear a água seria ligada naquele dia ou na terça-feira seguinte, pois seria a nota que teria dos serviços técnicos da câmara municipal, e que esperaria que aquele problema ficasse resolvido de uma vez por todas.-----

-----Mais disse que o Centro Interpretativo da Torre de Almofala, finalmente e depois de ter sido construído e inaugurado, teria havido a necessidade de se abrir rasgos para se conseguir fazer passar o cabo elétrico, pois o edifício teria sido inaugurado com um gerador porque não teria energia elétrica. Claro que aquela situação não seria nem funcional nem uma edificação daquelas mereceria estar a trabalhar com um gerador. Assim sendo, teria sido realizada uma obra onde se haveria feito um rasgo para se poder fazer passar os cabos do PT, o qual já teria sido vistoriado pela E-Redes e obtido todos os documentos técnicos necessários, e que apenas se estaria a aguardar autorização para se formalizar o contrato com a EDP, para que aquele Centro Interpretativo ficasse aberto à população e para quem quisesse visitar, mas já com energia elétrica.-----

-----Deu também conhecimento que o Chafariz dos Pretos estaria a ser alvo de obras que pretendiam conservar e no fundo dar mais dignidade aquele ícone de Figueira de Castelo Rodrigo. Explicou que a obra se teria atrasado uma semana, porque depois de se terem levantado e conservado todas as pedras, os técnicos de conservação pertencentes a uma empresa especializada ter-se-iam deparado com a tubagem que estaria debaixo do chafariz toda danificada, mais concretamente e passando a expressão estaria podre e teria muitas fugas. Perante tal situação, ter-se-ia decidido resolver o problema pela raiz, uma vez que aquelas fugas de água já se estariam a infiltrar em toda a zona envolvente, e como tal iria ser colocada uma tubagem em aço inox para que a canalização perdurasse no tempo, para que depois se repusesse o chafariz dos pretos já requalificado e com a conservação que mereceria. Salientou ainda que aquele chafariz teria sido reparado muitas vezes ao longo dos anos, mas que aquelas reparações teriam sido mal executadas porque haveriam utilizado massa de obras, e que as próprias bicas estariam danificadas. A par disso revelou, que os trabalhos já se encontrariam numa fase terminal, e que em breve todo aquele espaço bem como o chafariz dos pretos estariam completamente recuperados. Por outro lado, todas as lajetas que estivessem em volta e abaixo da calçada iriam ser completamente recuperadas para ficarem à mostra, pois na altura quando se fez a

obra o empreiteiro teria tapado parte das lajes para colocar calçada em cima delas, e que agora com aquela intervenção iria ficar um pouco mais parecido com o original.-----

-----Quanto ao Ecoparque de Castelo Rodrigo referiu que estaria em fase de conclusão, mas que pretendia fazer ali um reparo o qual também já teria sido feito na reunião de câmara, é que depois de tanto tempo que teriam demorado as obras, seria de pascar, mas aquele parque não daria para estacionar autocarros, e que para carros ligeiros só daria para vinte e dois carros numa Aldeia Histórica tão frequentada. Mencionou ainda que os estacionamento não estariam projetados para serem na vertical ou então não serem colocados na horizontal tal como estariam previstos, uma vez que caberiam menos carros e que no parque de caravanas ainda estaria pior. Na sua opinião aquele betão e movimento todo de terras embelezariam a Aldeia sem dúvida nenhuma, mas que quando se fizessem obras teriam que servir o concelho e quem frequentasse a Aldeia Histórica, pois apenas levariam vinte e dois carros ligeiros e seis a oito caravanas dependentes do seu tipo. Assim ainda não teria compreendido o porquê de tanto tempo despendido, bem como de tanta obra e de tanto dinheiro investido para tal. Claro que perante tal situação, já se teria entrado em contacto com a Junta de Freguesia para a elaboração de um projeto para um parque de autocarros, uma vez que seriam eles que impediriam que as pessoas andassem livremente e que entupissem a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo. Realçou que aquele projeto já se encontraria em fase de conclusão, e que não haveria nenhuma dívida ao empreiteiro que estaria a fazer a obra, e que como tal em breve iria ser inaugurada.-----

-----Relativamente ao Canil Municipal disse que as obras estariam a decorrer a muito bom ritmo e que num curto espaço de tempo ficariam concluídas.-----

-----Também informou que depois de uma luta incessante da câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo com as Infraestruturas de Portugal, finalmente o município teria tido autorização para se poder começar com a obra da rotunda do chamado cruzamento da Marofa, porque como seria considerado um cruzamento muito perigoso devido ao facto de ter várias entradas, saídas e bifurcações, pois só o plano de sinalética teria sido revisto quatro vezes, e como tal os técnicos das Infraestruturas de Portugal teriam sido convidados a deslocarem-se ao local para explicarem como é pretendiam o plano de sinalética para aquela obra, e que teria sido assim que teria acontecido. Mais disse que entretanto já haveria chegado a autorização para o arranque das obras naquele cruzamento, e que apenas faltaria reunir os técnicos da autarquia que iriam fiscalizar a obra, e o empreiteiro que teria ganho o concurso para a sua execução, e assim iniciar-se a requalificação pretendida.-----

-----No que diria respeito às obras do Centro de Acolhimento Empresarial e da sua eletrificação interna estaria concluída, pois também teria sido inaugurado sem eletrificação interna nos pavilhões, e que a passagem da luz de fora para dentro também já estaria em fase de conclusão, pois faltaria apenas terminar de construir os espaços para levarem os contadores separados, e por outro lado tentar dar-lhe uma entrada condigna de um Centro de Acolhimento Empresarial que não a teria, e como tal já se estariam a fazer os muros para uma entrada e para a colocação de um portão para que houvesse segurança dentro daquele espaço. Mais uma vez realçou que naquela obra também não estariam a dever dinheiro nenhum ao empreiteiro, e que por aquele motivo as obras estariam a ser mais céleres.-----

-----Mais disse que na Zona Industrial existiria aquele problema na sua entrada com aquelas grelhas que estariam sempre a saltar, e que portanto já teriam o projeto para que finalmente pudessem realizar obras de reforço como as existentes nas entradas das autoestradas, porque com a passagem de mais camiões no futuro com a abertura dos Lacticínios da Marofa, teria que haver um reforço para que aquele problema ficasse solucionado de uma vez por todas.-----

-----Frisou ainda o entendimento com o proprietário do antigo posto de combustível que estaria no centro da vila, mais precisamente na Avenida 25 de Abril, o qual teria sido removido e selados os depósitos com produtos específicos para aquele efeito uma vez que não iriam ter mais utilização, bem como a cabine e os passeios também iriam ser repostos, aquilo tudo por conta do proprietário. Explicou que aquele posto de abastecimento estaria apenas a fazer ruído visual, pelo que só faltaria ultimar os passeios por parte do empreiteiro a quem teria sido adjudicado a obra pelo proprietário, pois pretender-se-ia ter aqueles largos bonitos para que pudessem ser usufruídos quer pelos residentes quer por quem nos visitasse. Por outro lado, também teria sido retirado o painel informativo que lá se encontraria, uma vez que já não daria informação nenhuma porque estaria avariado, pois até teria sido ele enquanto Vereador a propor ao Presidente da Câmara de então que ali fosse colocado aquele painel informativo. Claro que aquele equipamento teria funcionado bem durante anos, só que depois teria avariado e mais ninguém quis saber daquilo, tanto que haveria passado tanto tempo e a tecnologia teria evoluído que aquele painel já não teria arranjo, e portanto aquilo que se haveria aproveitado teria sido o ferro, o qual estaria nos armazéns municipais para ser utilizado para outros fins, tornando assim aquele local mais aprazível.-----

-----Também a título informativo falou da importância com a prevenção do risco de incêndio, pois teria havido a realização de queimadas em Figueira de Castelo Rodrigo por forma a serem renovadas as pastagens. Esclareceu que os incêndios que muitas vezes ocorreriam no concelho estariam relacionados com os pastores, pois quando perceberiam que iria chover tentariam renovar as pastagens no fundo queimando. Contudo aquilo que se teria feito foi tentar antecipar o problema, ao reunirem-se em Figueira de Castelo Rodrigo diversas entidades como o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da parte da Gestão do Fogo Rural, a Equipa de Sapadores Florestais da APATA, a Força de Sapadores de Bombeiros Florestais - Companhia do Sul do ICNF, os Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo e de Almeida, a Força Especial de Proteção Civil, a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR - Guarda Nacional Republicana e o Serviço Municipal de Proteção Civil, para fazerem aquelas queimadas. Saliu que todos os presentes haveriam dito que teria sido muito importante a realização de mais queimadas, mas que aquelas teriam sido as possíveis de se efetuarem para que no futuro não houvessem tantos incêndios. Esperaria então, apesar do tempo estar propício para tal, que o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo não fosse fustigado pelos incêndios florestais.-----

-----Relativamente ao Restaurante do Parque Desportivo e de Lazer de Castelo Rodrigo disse, que já se poderia observar que a cobertura e a colocação da telha cerâmica estariam concluídas, e que naquele momento já teria sido efetuado o projeto para a parte interior, pois tal como já haveria dito ali

numa assembleia só existiria meio projeto e mal feito. Sublinhou que aquele seria o projeto novo, pois a pessoa que o tivesse realizado inicialmente, não teria pensado que estivesse a recuperar um espaço com uma Aldeia Histórica à vista, uma vez que a sua edificação estaria muito baixa e que por conseguinte quem estivesse a jantar não iria conseguir ver nem a Aldeia nem as suas muralhas. Assim aquele projeto iria substituir os envidraçados e os alumínioos que lá existiriam, porque já não cumpririam com a eficiência energética exigida mas também se iria melhorar o piso, bem como mudar todo o equipamento que não teria sido retirado do restaurante durante todos aqueles anos em que permanecera a céu aberto e onde tudo haveria ficado danificado, o que equivaleria a um prejuízo de alguns milhares de euros, e que obviamente também se incluiria o ar condicionado que teria que ir para a sucata. Destacou que as obras estariam a decorrer a bom ritmo com o empreiteiro e com as contas em dia, pelo que esperaria que em breve se voltasse a ter ali um espaço para ser fruído, e a Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo mais um equipamento que iria ter à sua disposição.-----

-----Quanto à Festa da Amendoeira em Flor exprimiu que na sua opinião teria sido um sucesso, pois já há muitos anos que não se veria tanta gente em Figueira de Castelo Rodrigo por aquela altura, e não se estaria a referir ao recinto do evento o qual teria estado sempre cheio, mas às pessoas que haveriam andado pelo território, tanto ao nível do alojamento que teria ficado lotado, tal como na restauração que já não daria mais. Evidenciou que no que diria respeito ao alojamento, o concelho estaria com graves problemas de dormidas e de camas, porque enquanto o edifício do Transmontano não tivesse as obras terminadas as pessoas chegariam para se alojarem e teriam que ser mandadas para irem dormir à Guarda e a Vilar Formoso, ou então como teria acontecido no dia forte da Amendoeira em Flor para Viseu. Assim uma das principais preocupações daquele executivo seria arranjar um investidor, tanto que já teria estado em reunião com um na semana passada, para que investisse em termos de alojamento em Figueira de Castelo Rodrigo. Informou que haveria um empresário que iria ter mais um turismo rural na zona histórica da vila, pois já teria comprado um espaço e estaria a fazer o projeto, mas que só aquele não iria chegar, e como tal já teria reunido com o dono da antiga Residencial Transmontano, para lhe pedir que se fosse possível para ele, uma vez que não mandaria nos privados e que nem seria esse o seu objetivo, celeridade, porque o concelho estaria a perder a capacidade de alojar pessoas, e que o proprietário em causa estaria a perder dinheiro, porque aquele equipamento a funcionar teria ocupação. Por isso no seu entendimento a Festa da Amendoeira em Flor teria sido um êxito, e quem lá tivesse estado presente poderia ter comprovado o que estaria a dizer.-----

-----Também deu conta que aquele estrangulamento da Rua que iria do Bairro das Arroteias para a Rua José Gil já teria sido aumentado, tendo explicado que no fim do loteamento haveria uma passagem estrangulada, a qual teria sido ampliada com o objetivo de colocar em segurança os cidadãos e também por quem lá passasse com uma viatura. Aproveitou para agradecer ao proprietário do terreno que teria cedido o terreno, o qual a única exigência que teria feito à troca, foi que fosse reposto o muro no devido sítio e colocado um portão, mas igualmente à Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, na pessoa do seu Presidente e de toda a sua equipa que prontamente e em tempo record teriam feito uma obra simples, mas que daria muito jeito a quem morasse naqueles dois bairros e para

quem passasse por lá todos os dias. Salientou que às vezes seria nos pequenos pormenores que se faria a diferença, o que naquela situação seria o caso.-----

-----Mais disse, que a Senhora Deputada Municipal Anabela Coelho já teria falado na relevância da sessão teórica e prática de reabilitação destinada a profissionais de lares de idosos e centros de dia, a qual se teria realizado no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, uma vez que aqueles técnicos não teriam formação de como manusear os idosos, havendo no fundo a possibilidade de existirem lesões entre os próprios profissionais mas também entre os utentes de que cuidariam. Assim a sua realização teria sido muito importante na medida em que haveriam adquirido mais conhecimentos naquela área, de como manusear os idosos.-----

-----Declarou que relativamente à questão da saúde, mais concretamente a da realização das operações às cataratas, já teriam sido operados até aquele dia cento e treze cidadãos do concelho, proporcionando assim mais qualidade de vida aquelas pessoas, e como tal enquanto houvessem indivíduos naquele município que precisassem iria ser sempre uma prioridade daquele executivo, porque todos os presentes deveriam imaginar o que seria a diferença entre ter uma vida com cataratas e a situação contrária, pois a qualidade de vida seria outra. No seguimento do que estaria a falar, contou que uma cidadã do concelho que haveria sido operada depois ter dito à família porque é que tinham comprado uma televisão nova, isto porque a pessoa veria a televisão a preto e branco e teria passado a ver a cores, mas que aquilo seria apenas uma história. Por outro lado também preveniria os acidentes, porque as pessoas com melhor visão não tropeçariam nas suas casas ou então na via pública, e que se iria continuar.-----

-----Salientou ainda a falta de médicos e de profissionais no Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo, tal como teria sido referenciado na intervenção da Senhora Deputada Anabela Coelho, pois para uma população de mais de cinco de mil pessoas segundo números dos censos existiriam três médicos, ao qual se acresceria mais uma agravante, é que todos eles incluindo a Senhora Deputada Zélia Morgado ali presente estariam na idade da reforma, pelo que se saíssem os três ou só um dos médicos, poder-se-ia imaginar como é que aquela unidade de saúde bem como o seu atendimento iriam ficar caóticos. Perante tal situação e após três conversas que teria tido com a Administração da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, em que na segunda reunião teria sido garantido pelo seu Presidente e pelo Vogal, Doutor Serra, que o problema pelo menos de um médico estaria resolvido, pelo que teria ficado todo satisfeito apesar de querer mais médicos, mas que um seria melhor do que nada. Aliás até lhe teria sido dito que poderia avisar o centro de saúde que iria ter mais um médico, porque aquele processo iria ser reencaminhado para os recursos humanos para que fosse resolvido. Evidentemente que teria feito fé na palavra dada pela Administração da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, mas que passado algum tempo o tal médico que estaria referenciado teria vindo a Figueira de Castelo Rodrigo a fazer serviço, e que ao ser questionado e parabenizado por vir para o concelho, teria dito não ter nada acertado com a Administração da ULS para vir para o centro de saúde. Ao ser confrontado com tal teria ligado ao Senhor Presidente da ULS, o qual lhe teria voltado a garantir que estaria tudo tratado, pelo que lhe explicou para se ir informar melhor, uma vez que a informação que

teria seria a de que o médico não haveria aceitado as condições que a ULS lhe estaria a dar. Entretanto e como não teria havido mais desenvolvimentos teria ligado novamente ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da ULS da Guarda, o qual lhe teria dito novamente que o problema estaria resolvido e que já lhe devolveria a chamada, da qual estaria à espera há uma semana e meia. Assim sendo, seria aquele o estado da arte da saúde quer do País quer no Interior, e que se teria que sensibilizar quem governasse o País e quem estivesse à frente da Administração da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, que Figueira de Castelo Rodrigo teria direito aquilo que estaria escrito na Constituição da República Portuguesa que seria o direito aos cuidados de saúde, e que naquele caso algumas das partes não estaria a dizer a verdade, quer fosse o Conselho de Administração da ULS quer fosse o médico, mas o que seria um facto é que aquele profissional de saúde ainda não teria começado a trabalhar no centro de saúde. Mais disse que da próxima vez que fosse falar à ULS - Unidade de Saúde Local da Guarda, iria tomar as medidas que achasse por convenientes, uma vez que ao estarem a enganar o presidente da câmara estariam a enganar todo um povo e um concelho. Salientou que aquilo que pretendia saber seria a verdade, ou seja, se o médico viria ou não para Figueira de Castelo Rodrigo, e que não queria só um mas dois ou três que seria aquilo a que se teria direito, porque se reformassem os três profissionais o concelho iria ficar sem médico nenhum, o que levaria a uma subcarga do cartão de saúde, tal como já estaria a acontecer, porque já teria começado a haver atrasos no centro de saúde, uma vez que os médicos também ficariam doentes e não teriam imunidade, e como tal teria bastado uma das médicas ter ficado de baixa por causa de um problema de saúde, o que teria levado aquela situação. Deixou também a informação de que haveria quinze mil cidadãos do Distrito da Guarda que não teriam médico de família, e que por isso se teria que reivindicar mais médicos senão ficaríamos entregues a nós próprios o que já iria acontecendo, pois os médicos que estariam no centro de saúde também teriam que ter folgas e como tal as suas capacidades não dariam para muito mais, e que por aquele motivo se teria que fazer um reforço no centro de saúde de Figueira de Castelo Rodrigo, ao nível dos médicos. Salientou ainda de que valeria ter um cargo no ministério da saúde se não se conseguisse resolver os problemas, porque para além do Ministro da Saúde e do Secretário de Estado da Saúde existiria também um Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde para estudar as questões da saúde e para resolver os problemas existentes. Assim esperaria que fossem céleres porque o concelho precisaria de médicos e de cuidados de saúde para toda a população, e que aquele pedido tanto se aplicaria ao governo do PS - Partido Socialista como do PSD - Partido Social Democrata, só que não poderiam dizer que haveria médicos e depois na realidade não existirem, porque com aquela atitude chamar-se-ia faltar à palavra não só ao presidente da câmara mas a todo um povo. Ressalvou que iria continuar na luta relativamente à questão dos médicos até ser resolvida. Mais disse que teriam sido abertas novecentas vagas no país, e que seria bom que viessem um ou dois médicos para Figueira de Castelo Rodrigo apesar de já não acreditar, mas de continuar a ter esperança de que houvesse a manifestação de interesse de pretenderem vir para o concelho. Na sua opinião a única solução seria publicar um decreto que obrigasse os médicos a fazerem serviço à periferia quando se licenciassem em detrimento de outros locais tal como aconteceria antigamente, numa altura em que haveria mais população e cuidados de saúde.-----

-----Também informou que desde o dia três de abril que a autarquia teria assumido as competências na área da ação social, e que quem quisesse tratar de questões relacionadas com aquelas matérias já não teria que se dirigir na sua grande maioria ao Serviço Local da Segurança Social mas ao Ninho de Empresas e do Conhecimento, onde estariam os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), os quais funcionariam num gabinete com privacidade tal como teria sido solicitado, uma vez que os assuntos tratados seriam sensíveis e careceriam de sigilo e de recato. Esclareceu que os serviços prestados pelo município passariam pelo acompanhamento do Rendimento Social de Inserção (RSI), mas também teriam a responsabilidade com os custos atribuídos daqueles apoios eventuais para toda a população, como cadeiras de rodas, uma cama articulada, aparelho para os dentes, entre outros. Realçou que a verba estipulada inicialmente seria de cerca de €23.000,00 (vinte e três mil euros), e que naquele momento já teria conseguido um montante de €131.000,00 (cento e trinta e um mil euros) para o concelho, mas que não saberia se iria ser uma verba razoável e que só dali por um ano é que se perceberia, mediante aquilo que iriam ser as necessidades da população do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Sublinhou que mais uma vez o governo teria passado para as câmaras municipais aquilo que lhe daria trabalho e despesas, e que a autarquia só teria recebido a transferência de competências porque haveria sido imposto por lei, pois quem teria que tratar das questões sociais seria a ação social, dos assuntos da saúde o ministério da saúde e da educação deveria ser o ministério da educação e os agrupamentos de escolas, e que não tivessem passado para os municípios apenas aquilo que não quisessem assim como as despesas. Referiu ainda que na apresentação de contas iria haver uma discrepância nos valores, a qual estaria relacionada com a área da educação, uma vez que a verba atribuída à câmara municipal pela atribuição daquela transferência de competências seria bastante insuficiente, e que portanto essa é que seria a diferença.-----

-----Falou ainda da alegria que teria sido ao ver as crianças divertidas nas férias da Páscoa, as quais teriam tido várias atividades enriquecedoras ao longo de uma semana, as quais obviamente iriam continuar.-----

-----Mais disse que teria sido do conhecimento público a visita de uma comitiva da vila de Wissous, nomeadamente da Associação Franco-Portuguesa de Wissous, a qual teria vindo com uma pequena equipa de futebol e não com responsáveis políticos mas que teriam sido bem recebidos, uma vez que Figueira de Castelo Rodrigo estaria geminado com Wissous desde 1998, e tal como teriam tratado lá bem os emigrantes saídos do concelho para Wissous e para outras localidades, também eles haveriam sido tratados com o devido respeito e recebidos no salão nobre da câmara municipal. Após aquela receção teria sido realizado no estádio municipal um jogo de futebol entre o Ginásio Clube Figueirense e a Associação Franco-Portuguesa de Wissous. Para além disso também teria havido uma visita pelos pontos de interesse do concelho, pelos quais se teriam encantado todos aqueles que haveriam estado pela primeira vez em Figueira de Castelo Rodrigo. Salientou também que já teria entrado em contacto com o gabinete do novo presidente para que aquela gemação fosse reforçada, e que houvesse intercâmbio de cultura e de desporto como existiria mas também em outras áreas, para que se efetivasse de uma vez por todas uma boa gemação entre Wissous e Figueira de Castelo Rodrigo, mais

que não fosse pela memória e pela honra de todos aqueles que lá teriam trabalhado e pelo dinheiro ganho, o qual haveria sido investido no concelho, e que por tudo aquilo teria de ser perseverada.-----

-----Mencionou a iniciativa realizada no Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, a qual teria aliado música, património e produtos endógenos, o que proporcionaria uma valorização e conhecimento do património atraindo gente e visitas.-----

-----Deu também os parabéns à Junta de Freguesia de Escalhão pela realização da Feira de Produtos Regionais, tendo reforçado que seriam atividades como aquelas que se deveriam fazer para se dinamizar o concelho, independentemente se fosse na sede do concelho ou nas suas freguesias. Assim apelou aos presidentes de junta que fizessem acontecer e que inovassem tal como teria sido feito em Escalhão, em que se haveria dado a conhecer os produtos daquela freguesia e do concelho, o que haveria levado a uma grande adesão e ao grande número de pessoas que a teriam visitado, e como tal deixou os seus parabéns e de todo o executivo na pessoa do seu Presidente, o Senhor Mário Pinto, e que continuasse a organizar e bem, porque já existiria uma feira na altura da montaria ao javali, mas não com aquela força e adesão de pessoas que se teria verificado na Feira de Produtos Regionais.-----

-----Salientou que Figueira de Castelo Rodrigo teria recebido a Confraria Gastronómica dos Aromas e Sabores Raianos, pois mais uma vez teriam querido vir para o nosso concelho também porque haveria muitos confrades que pertenceriam à confraria, a qual teria sede em Almeida, mas como seriam todos povos irmãos dos concelhos vizinhos teriam escolhido mais uma vez Figueira de Castelo Rodrigo. Assim sendo haveriam sido recebidos com um pequeno-almoço oferecido pela câmara municipal, e depois cada um deles do seu bolso teriam ido comer a um restaurante, o que teria significado que para além de terem dinamizado e conhecido o concelho também teriam deixado dinheiro, o que teria sido importante. Por outro lado, na realização da cerimónia capitular haveria tido a honra de ser entronizado como confrade de honra daquela confraria pelos serviços prestados na autarquia. Salientou que a atribuição daquele título valeria o que valeria, e se calhar também teria valido para o anterior presidente da câmara, e que igualmente iria valer para os futuros presidentes, mas que recebessem sempre aquela gente que traria mais movimento à terra e que daria a conhecer aquilo que melhor possuiria a gastronomia local, uma vez que aquela confraria gastronómica teria por base a promoção e divulgação dos produtos e da gastronomia da região.-----

-----Deu ainda nota que estaria a decorrer entre o dia vinte quatro a trinta de abril a Semana do Livro e das Artes, a qual estaria a ter bastante adesão. Também referiu que no 25 de Abril se teria ido visitar mais um mural de arte urbana em Figueira de Castelo Rodrigo, o qual haveria sido pintado no parque de estacionamento na Rua de Santa Maria de Aguiar que daria para a Avenida Heróis de Castelo Rodrigo, mais precisamente na parede que haveria sido autorizada, tendo passado a publicidade, pelo café Garnizé, numa parte que se encontraria deteriorada e que agora estaria recuperada. Portanto o município iria continuar a apostar na arte urbana, porque existiria muita gente que se deslocaria para a ver, tal como seria o caso de grupos de pessoas vindas da Galiza que iriam até à Covilhã, mas também até à Guarda para conseguirem ver o mural que estaria pintado com uma serpente que pelos vistos seria um caso de sucesso. Assim no caso da autarquia figueirense, ter-se-ia começado há um ano com a

pintura de Salgueiro Maia na Casa da Cultura, e agora teria sido dado a livre expressão e de pensamento para que o artista tivesse criado a imagem que lá estaria. Mais destacou que com a tutela da Senhora Vereadora da Cultura, se teria arranjado para a Semana do Livro e das Artes um programa muito rico, o qual iria desde a Feira do Livro, a espetáculos musicais, lançamentos de livros, cinema, bem como a realização de duas atividades que pretendia referenciar, mas que acima de tudo se haveria de ressaltar a sua transversalidade, a qual iria dos oito aos oitenta anos de idade, uma vez que já teria participado em ações para crianças mas também para idosos dos lares de terceira idade, os quais teriam tido algumas destinadas para eles. Mais disse que naquele dia já teria ocorrido 'As histórias que cabem no ouvido', e que se iria realizar um espetáculo de pocketbook na Casa da Cultura. Quanto às atividades que teria pretendido referenciar anteriormente haveria destacado a sessão que se iria realizar com o José Milhazes, um conhecido jornalista que teria sido correspondente durante muitos anos na Rússia e com um conhecimento e uma cultura geral acima da média. Assim viria ter umas conversas da atualidade, as quais poderiam passar não só por aquilo que teria vivido na Rússia, pela atualidade e pela guerra, mas também pela vivência dele como jornalista e que viria privar connosco por algum tempo. A outra atividade mencionada estaria relacionada com o concerto de Paulo de Carvalho que se iria realizar no auditório do Pavilhão dos Desportos, o qual viria a encerrar aquela Semana do Livro e das Artes em Figueira de Castelo Rodrigo. Aproveitou para convidar todos os presentes a participarem, porque seria importante que se promovesse a cultura naquele concelho e território, mas também que se democratizasse pois interioridade não seria sinal de inferioridade, e como tal iria-se continuar a organizar aquelas ações. Agradeceu ainda ao povo figueirense que teria aderido em massa a todas aquelas iniciativas.-----

-----Mais disse que a rota turística literária criada pelos Territórios do Coa estaria a ser um sucesso, a qual à boleia daquela rota turística literária baseada no livro de José Saramago teria sido criado o 'Off Road Caminho de Salomão'. Explicou que se teria deslocado a Lisboa para ir ter com a Pilar del Rio, e que em conjunto teriam dado a partida a mais de cem pessoas que iriam fazer o percurso todo que estaria no livro, e que seria desde Belém até Castelo Rodrigo. Esclareceu que haveria conseguido fazer grande parte das etapas para conseguir perceber aquele percurso, o qual teria muitas potencialidades turísticas e que poderia vir a ser uma alavanca para dinamizar a economia, uma vez que aquela rota turística literária conseguiria ser feita de várias formas, não só de jeep em todo-o-terreno tal como teria sido efetuada, mas também em família, em excursões organizadas ou então num passeio de ciclismo e de BTT, pois o que seria preciso era divulgar cada vez mais aquela rota. Também referiu que todos os sítios por onde teria passado a rota do Elefante teriam sido percorridos por José Saramago um ano antes da sua morte em 2009, ou seja, que teria morrido um ano depois de ter estado em Castelo Rodrigo. Por outro lado, em todos os sítios onde haveria estado Saramago poder-se-ia encontrar um QR Code ou uma placa onde poderiam descarregar e obter todas as informações relativas aquelas localidades. Assim teria sido um sucesso e estaria à espera que aquela rota continuasse a trazer gente a Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----Quanto aquele período da informação escrita pretendia ainda focar dois assuntos muito importantes e que na sua apreciação deveria ser a opinião de todos, em que uma delas seria má e que outra iria ficar à consideração de todos os presentes, uma vez que estaria relacionada com o gasto de mais dinheiro público devido à aplicação de uma contraordenação. Assim o primeiro assunto estaria relacionado com o facto de que teria sido do conhecimento de todos o anunciado em Freixo-de-Espada-à-Cinta por dois membros do governo, a Senhora Ministra da Coesão Territorial, Professora Doutora Ana Abrunhosa e também pelo ex-Ministro das Infraestruturas, Doutor Pedro Nuno Santos, que no primeiro trimestre de dois mil e vinte e três iria ser lançado o concurso para a reativação da linha de caminho de ferro entre o Pocinho e Barca d' Alva, o que não corresponderia à verdade, porque aquilo que teria sido publicado na Portaria n.º 177/2023, de 18 de abril, é que o governo já teria autorizado o procedimento à repartição de encargos relativos ao contrato para a Linha do Douro, entre o Pocinho e Barca d' Alva, apenas para um estudo prévio e mais um projeto de execução. Referiu que o problema é que a despesa para aquele estudo prévio só iria começar em dois mil e vinte e quatro e que só terminaria em dois mil e vinte e nove, quanto mais o projeto de execução que não se saberia para quando é que seria elaborado, nem o lançamento do concurso para a obra, o que significaria a falta de vontade de reabilitar a linha entre o Pocinho e Barca d' Alva. Evidenciou que dos vinte autarcas que lá teriam estado presentes tanto do PSD - Partido Social Democrata como do PS - Partido Socialista estariam indignados porque lhes teriam faltado à verdade, uma vez que haveriam sido chamados para um salão nobre para lhes dizer que iriam abrir um concurso para o projeto, e aquilo que se teria publicado à pressa seria uma portaria que atiraria para as calendas o estudo prévio. Assim sendo, terá proferido que como cidadãos figueirenses a quem aquele projeto serviria não se poderia admitir que fossem enganados, e que seria isso que iriam fazer. Mais disse que ainda no dia anterior haveria tido a informação de que o Senhor Primeiro Ministro teria ficado incomodado com a situação e que já teria chamado o processo para ele. Obviamente que esperaria que aquela portaria fosse alterada e que se lançasse o concurso para o projeto e para a obra a tempo e horas, tal como teria sido lançado para a ponte do Porto que já teria que estar pronta para o início de dois mil e vinte e cinco, como para outras obras que seriam feitas no Litoral. Então disse para que houvesse vontade política e que não se andasse a atirar €4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil de euros), quando a obra custaria €70.000.000,00 (setenta milhões de euros), e que não estendessem aquele investimento do estudo prévio para dois mil e vinte e nove. Ressalvou que com a publicação daquela portaria, mais uma vez o povo teria sido enganado bem como os autarcas que haveriam estado presentes naquela cerimónia a ouvir os dois membros do governo, uma vez que não corresponderia aquilo que teria sido anunciado e que se iriam defender contra aquela situação. Como tal, ainda no dia anterior se teria realizado uma reunião na Associação de Municípios do Douro Superior, na qual teria sido falado sobre aquele tema, em que para além dos autarcas do Partido Social Democrata também os autarcas do Partido Socialista iriam revindicar aquilo que teria sido prometido, e que de uma vez por todas o governo dissesse se queria ou não a Linha do Douro entre o Pocinho e Barca d' Alva, pois se não quisesse que o transmitisse, porque senão os municípios portugueses fariam um percurso pedestre tal como os espanhóis o teriam feito do outro lado da fronteira, em que

seriam visitados por milhares de pessoas, mas que aquilo que se pretenderia seria o comboio, só não queriam que fossem enganados. Salientou que estaria ali com aquelas explicações para que todos estivessem informados, porque às vezes apareceriam parangonas nos jornais que nada teriam a ver com o assunto. Também esclareceu que todos os autarcas pertencentes à CIM Douro - Comunidade Intermunicipal do Douro, a qual seria a principal entidade responsável por aquele projeto, e que até teria sido considerado como o seu primeiro projeto prioritário, teriam dito que como as comemorações do dia dez de junho iriam ser na Régua, que o seu presidente da câmara no tempo que tivesse para discursar iria dizer aquilo que bem lhe apetecesse, o que poderia vir a ser um escândalo para o governo se não fosse alterada a portaria publicada, e daí o Senhor Primeiro Ministro ter chamado o processo para a sua competência. Assim expressou que aquilo que teria sido aprovado por unanimidade na CIM Douro - Comunidade Intermunicipal do Douro, é que a posição que todos deveriam tomar relativamente aquela situação é que não se poderia enganar nem os presidentes de câmara nem a população.-----

-----Deu ainda conta que o segundo assunto se teria prendido com o facto de que a câmara municipal, depois de ter sido alvo de uma ação inspetiva no passado, teria visto ser-lhe aplicada uma coima no valor de € 31.182,71 (trinta e um mil cento e oitenta e dois euros e setenta e um cêntimos) e com custos administrativos de € 76,50 (setenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos). Explicou que a razão da aplicação daquela contraordenação estaria relacionada com a não entrega desde os anos dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte das devidas declarações à AT - Autoridade Tributária, e que na altura se deveria ter reclamado o que não teria sucedido. Perante tal situação o município teria que pagar aquele montante à AT - Autoridade Tributária quando poderia ir para qualquer freguesia, para cuidados de saúde ou para quaisquer outros investimentos, mas como durante aqueles anos o município não teria cumprido com as suas obrigações junto da AT - Autoridade Tributária, e que depois de se terem tido muitas conversas para se tentar resolver aquele problema não haveria solução, ter-se-ia que se pagar em tempo útil sob pena de que se começaria a pagar os juros. Mais disse que teria ali o processo para quem o quisesse consultar, com todos os pareceres jurídicos e tudo o que teria sido feito para tentar reverter a situação, mas que só restaria pagar aquela quantia apesar de custar a entregar, uma vez que seria dinheiro que poderia vir a ser investido noutra sítio.-----

-----Informou ainda a Assembleia de que como se teria comemorado o 25 de Abril, tendo aproveitado para congratular todos aqueles que haveriam participado nas comemorações, as quais teriam dignificado muito o concelho, nomeadamente a sessão solene com a participação da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Pereira, do Senhor Deputado do Partido Socialista, Henrique Silva, bem como do Magnífico reitor da Universidade da Beira Interior, Professor Doutor Mário Lino Barata Raposo que também teria vindo a dar o seu contributo. Felicitou ainda os Bombeiros Voluntários Figueirenses porque teriam feito a guarda de honra com dignidade e com fardas novas financiadas pela câmara municipal. Explicou que quando chegou ao executivo lhe custaria ver os bombeiros numa guarda de honra ou numa formatura com a farda de serviço, mas que naquela cerimónia já se teriam

apresentado condignamente, e que daquele modo não teria ganho nem os bombeiros, nem a câmara municipal, nem o executivo ou a assembleia municipal mas o concelho, pois agora quer dentro ou fora dele poder-se-iam fazer representar com dignidade com fardas de gala, as quais seriam apropriadas para a sua representação. Mais disse que relativamente ao 25 de Abril de 1974, no próximo ano iria-se celebrar uma data importante, uma vez que se comemorariam os cinquenta anos de liberdade no país, ou seja, da Revolução dos Cravos como haveria sido apelidada. Assim já teria sido constituída uma Comissão Organizadora das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, a qual iria ser constituída com pessoas de várias áreas e onde estariam representados os dois partidos políticos na assembleia municipal. De seguida terá citado o nome das pessoas que a partir daquele momento até ao 25 de Abril do próximo ano iriam criar pensamento, propor e organizar atividades lembrando sempre aquilo que seria o propósito daquelas comemorações. Nesse sentido da parte da Assembleia Municipal estaria a Senhora Presidente, Sandra Monique Beato Pereira, o representante do Partido Socialista na Assembleia Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva, do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, a professora Maria Derlinda, o Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários Figueirense, Manuel Guerra, a Coordenadora da UCSP de Figueira de Castelo Rodrigo, Doutora Glória Pinto, o representante dos Presidentes de Junta de Freguesia o qual também teria assento na ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias e que congregaria os partidos políticos todos, Carlos Coelho, o Coordenador da Academia Sénior Figueirense, Arelindo Gonçalves Farinha, o Daniel Gil, fotógrafo, freelancer e filho do fotógrafo da Revolução Carlos Gil, a Ana Santos, que seria a Presidente da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Reigadense, o Jorge Nabuco, Presidente da Associação O Janeirinho, a Liliana Carvalho, Presidente da Viva a Mata - Associação Cultural e Recreativa, a Maria Vicente, Coordenadora da Plataforma da Ciência Viva e Alexandre Coelho, Presidente da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, enquanto tivesse naquele cargo uma vez que estaria a terminar os seus estudos, e que o próximo ou a próxima que fossem eleitos integrariam aquela comissão. Deu ainda conhecimento que durante um ano iriam honrar aquele compromisso, mas que teriam que reunir pela primeira vez, para que depois aquelas pessoas dos vários quadrantes da sociedade comesçassem a produzir pensamento, e posteriormente iniciassem atividades concretas que celebrassem os 50 anos do 25 de Abril.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, terminou a sua intervenção agradecendo à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, às Senhoras e Senhores Deputados, à Senhora e Senhores Vereadores Municipais pela disponibilidade demonstrada para aquele tempo de transparência e de informação que seria sempre útil, e que aquilo seria o que teria para dizer naquela informação escrita que lhe caberia apresentar à assembleia municipal.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se naquele ponto para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Pereira, para que fizesse a sua intervenção.-----

-----O Senhor Deputado Luís Pereira disse que pretendia deixar duas notas muito simples, a primeira teria a ver com o patente abandono do poder central ao poder local quando aconteceriam situações

como as que já ali teriam sido descritas, nomeadamente ao nível da saúde, da educação, da agricultura e de outros exemplos que demonstrariam a relação desequilibrada, entre aqueles que estariam sentados nos seus gabinetes em Lisboa ou até na Guarda, perante as câmaras e assembleias municipais que representariam diretamente os interesses das populações respetivas. Assim teria deixado ali o seu lamento pessoal enquanto Deputado Municipal porque não gostaria de ver a forma como seriam tratados, e como tal haveria pedido ao senhor presidente da câmara municipal para posteriormente fazer encaminhar aquele desconforto, mas também da maneira de como faltariam à palavra não só com o senhor presidente da câmara mas com todos os figueirenses. Quanto à segunda nota realçou, que seria de lastimar que mais uma vez o atual executivo municipal continuasse a pagar faturas que estariam escondidas naquelas gavetas de que já teria falado anteriormente, e nas quais apareceriam situações inimagináveis. Mencionou que tudo aquilo lhe faria lembrar quando o senhor presidente da câmara teria chegado a Escalhão e visto a água a correr, não esquecendo que aquela água não nasceria no depósito, uma vez que cada litro haveria sido faturado e pago por todos, e que naquele caso teriam sido anos a correr água em bica. Ressalvou ainda que à conta de situações como aquelas não teriam sido compostos passeios, realizadas atividades para os idosos nem fazer ação social. Assim teria referido ali aqueles factos para reflexão, uma vez que infelizmente não teria havido cuidado no passado. Como tal teria deixado os parabéns ao senhor presidente da câmara, por estar a resolver problemas e a pagar despesas que não seriam do seu executivo e que deveriam ter sido acauteladas em tempos. Também esperaria que não abrisse mais gavetas, pois não saberia quantas haveria no seu gabinete, mas que se existissem que não fossem daquelas do fundo, senão ainda se poderia ficar ainda mais surpreendido.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Luís Pereira, tendo passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 28/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento Municipal do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal explicou que aquele regulamento já teria sido submetido a consulta pública e distribuído a todos os membros da assembleia municipal.-----

-----A seguir a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou, que aquele projeto de regulamento já teria sido aprovado por unanimidade na reunião de câmara municipal para ser submetido ao processo de consulta pública, o qual teria sido publicado através de edital em Diário da República e igualmente disponibilizado no site institucional do município, bem como a sua afixação nos locais de estilo da autarquia, mas que no prazo de trinta dias não teria havido contributos. Esclareceu que no fundo todo aquele procedimento seria para haver um Regulamento do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, o qual iria estabelecer os horários de funcionamento, a atividade do próprio Centro Interpretativo e também a autorização para a câmara municipal fixar um valor para a sua entrada.

Assim ressaltou que a sua aprovação por parte da assembleia municipal, seria a última etapa a ter que ser cumprida para ser publicado em Diário da República e entrar em vigor.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 31/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento Municipal da Loja Social “+ Sorrisos” do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal esclareceu que aquele regulamento já teria estado em consulta pública e que não haveria merecido qualquer intervenção ou participação naquele período, o qual seria necessariamente obrigatório, e como tal estaria ali para aprovação.-----

-----De seguida a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em análise.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que seria uma Loja Social que a câmara municipal iria abrir, e que se prenderia com o facto de que quem tivesse bens e produtos que quisesse doar para aquela loja social, os quais posteriormente seriam distribuídos pelas pessoas carentes e que tivessem mais necessidades. Também comunicou que a pessoa que iria ficar responsável por aquela Loja Social seria a Senhora Vereadora, Lúcia Lopes, a qual iria ficar sediada ao lado do Arquivo Municipal e onde funcionaria igualmente o CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social 4 G. Mais disse que já se teriam passado todas as etapas, e que naquele momento apenas faltaria a submissão à assembleia municipal para aprovação. Por outro lado, ter-lhe-ia sido dada permissão para prestar uma informação que não estaria relacionada com o assunto em debate e que deveria ter referenciado no período de antes da ordem do dia, a qual se teria prendido com o facto de ter sido com muito orgulho e responsabilidade eleito Presidente da Assembleia Geral das Águas do Vale do Tejo, onde teria sido apresentada uma lista a qual haveria sido aprovada por unanimidade. Explicou que as Águas do Vale do Tejo teriam sede na Guarda, mas que estariam presentes em setenta municípios, numa área compreendida de mais de vinte e nove mil quilómetros quadrados, e que serviria uma população de mais de quatro milhões de habitantes. Destacou ainda que teria aquele peso nos ombros, e que esperaria vir a corresponder aquilo que teria sido a vontade de setenta municípios que o teriam elegido para aquele cargo. Assim no seu entendimento, Figueira de Castelo Rodrigo teria mais uma voz ativa naquela grande empresa em que haveria dezenas de acionistas, e tal como todos saberiam nem sempre aquela instituição teria tido uma posição correta para com os municípios, nomeadamente naquilo que haveriam sido as faturas enviadas para as autarquias, e em que existiria litígio entre as câmaras municipais e a antiga Águas do Zêzere e Coa, atualmente Águas do Vale do Coa. Realçou ainda que seria uma enorme responsabilidade, mas que se sentiria muito orgulhoso assim como os cidadãos do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, pois seria um cargo relevante face à dimensão daquela grande empresa das águas. Mais disse que quem

teria votado haveriam sido autarcas, empresas e associações em que estariam representados todos os partidos políticos, e que não saberia muito bem porque é que teria recebido aquele convite, o qual não o poderia ter deixado de recusar, e que posteriormente teria sido legitimado com eleições para as Águas do Vale do Tejo.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.7. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 32/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Designação do Júri para Processo de Recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 3.º grau – Unidade de Obras, Planeamento e Ambiente.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em debate.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a designação do júri teria de ser sempre submetido à Assembleia Municipal e, como existiria um lugar de direção intermédia vago na câmara municipal, mais precisamente na unidade de obras, planeamento e ambiente teria que ser aprovado. Assim sendo aquele Júri seria constituído pelo Presidente Pedro Dinis Nunes Almeida, Chefe de Divisão de Obras, Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, e pelos Vogais, Carlos Manuel Pinto Lopes Branquinho, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Sociocultural da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e, João de Jesus Martins Marujo, Chefe de Divisão de Planeamento, Equipamentos, Ambiente e Fundos Comunitários da Câmara Municipal de Pinhel. Esclareceu que apenas se estaria a cumprir a lei, uma vez que já haveria sido aprovado por unanimidade na reunião de câmara municipal, e que agora precisaria de ser submetido à assembleia municipal unicamente para aprovar o Júri.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 36/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de deliberação e submissão à Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Freguesia de Castelo Rodrigo – Protocolo de Cooperação.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou que o município teria recebido da parte da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, um pedido de apoio financeiro para efetuar algumas intervenções com o objetivo de recuperar o Parque de Lazer de Castelo Rodrigo. Saliu que como seria do conhecimento de todos que aquele espaço na altura da primavera e do verão teria uma

grande afluência de público, o problema é que haveria estado muitos anos sem manutenção ou então com uma manutenção que permitisse que aquele local ficasse aprazível, tanto que no ano anterior aquela Junta de Freguesia e a Senhora Presidente que ali estaria presente, saberia bem aquilo pelo qual se teria passado para abrir aquele parque de lazer, uma vez que não se encontraria em plenas condições e que teria sido um grande risco a sua abertura, mas que a Junta de Freguesia teria feito algumas intervenções. O problema é que segundo a sua explicação a ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica teria ido logo lá, tal como se teria dirigido a outros sítios obviamente, nomeadamente aos parques infantis e aqueles equipamentos que existiriam no Largo Serpa Pinto e Mateus de Castro que seria melhor arrancá-los, porque teriam que ter uma vedação e uma placa informativa com os contactos telefónicos de emergência. Quanto à Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo haveriam sido feitas algumas recomendações, porque caso contrário aquele complexo todo incluindo as piscinas, não poderiam estar em funcionamento. Claro que depois de tudo esclarecido referiu que não teria sido aplicada nenhuma coima para já, mas que teriam ficado com o aviso de que seria preciso recuperar aquela zona, assim como todo o sistema de rega envolvente às piscinas, os expressores e os equipamentos de diversão para as crianças, porque evidentemente se saberia que aquelas piscinas e todo aquele parque seriam muito procurados. Por forma a que quando se chegasse a altura serem usufruídas não só pelas pessoas de Castelo Rodrigo, e que esperaria que não existissem bairrismos de freguesias uma vez que iriam servir o concelho, tal como as piscinas de Escalhão e de Algodres, mas que para isso teriam que estar bem apetrechadas e com todas as condições para conseguirem receber as pessoas. Nesse sentido, a Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo teria solicitado um apoio de €28.000,00 (vinte e oito mil euros), para realizar as obras naquele espaço que seria tão importante para o concelho, a qual se esperava que fosse aprovada aquela concessão de apoio financeiro pela assembleia municipal, a pagar mediante a apresentação dos respetivos documentos de despesa. Assim sendo, iria ser submetido à assembleia municipal para aprovação, bem como a minuta do protocolo de cooperação que estaria a acompanhar o processo para ser assinado, e também de quem iria acompanhar aquele processo que seria o Arquiteto Miguel Torres. Portanto teria deixado à consideração das Senhoras e Senhores Deputados, uma vez que seria um investimento muito importante para que as Piscinas de Castelo Rodrigo funcionassem na sua plenitude e para que não houvesse direito a coimas, porque seria preciso ter muito cuidado, e que quem tivesse piscinas saberia bem as despesas que teria e as obrigações em que incorreriam. Mais disse que seria aquilo que teria para transmitir relativamente aquela proposta.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.9. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 37/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de deliberação e submissão à Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Freguesia de Mata de Lobos – Protocolo de Cooperação.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em análise.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente à Freguesia de Mata de Lobos o problema seria ainda mais antigo que o da Freguesia de Castelo Rodrigo, uma vez que teria sido construído um Parque de Lazer financiado pelo anterior executivo municipal, só que ter-se-ia esquecido da aprovação da verba para a construção do muro em toda à volta. A seguir afirmou com toda a sinceridade, e que aliás já o teria transmitido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, que aquele parque infantil que lá se encontraria nunca iria ser legalizado, porque teria sido misturado um parque infantil com um parque de lazer, e que ainda por cima teria um poço no meio que até estaria vedado assim como uma vala, e que claramente as crianças nunca iriam poder brincar naquele espaço em segurança e nem a ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, o permitiria. Portanto teria aconselhado que aquilo continuasse como parque de lazer e que nunca se licenciasse como parque infantil, pois iria ter que o encerrar, pagar coimas e que não haveria quem lhe pudesse valer. Ressalvou que para existir mais segurança teria sido construído um muro, o qual a câmara municipal nunca teria apoiado essa construção, tanto que haveria financiado a obra e sido aprovada a verba pela anterior assembleia municipal, mas que aquele muro teria ficado de fora. Obviamente que a Junta de Freguesia de Mata de Lobos com os seus poucos recursos não iria conseguir fazer face aquela despesa, e como tal teria pedido um apoio financeiro de €6.360,00 (seis mil trezentos e sessenta euros), para cobrir os gastos com aquele muro após a apresentação das despesas, a aprovação da minuta do protocolo de cooperação entre o município de Figueira de Castelo Rodrigo e a freguesia de Mata de Lobos, bem como a designação do gestor do processo que iria ser o Arquiteto Miguel Torres. Disse ainda que iria ser mais um equipamento que ficaria concluído mas que seria necessário o apoio solicitado, e como tal em seu nome e de todos os cidadãos da Mata de Lobos teria pedido que fosse aprovado pela assembleia municipal.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.10. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 40/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Reabilitação/Remodelação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Figueira de Castelo Rodrigo – Aprovação de Minuta de Contrato de Cooperação Interadministrativo.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em discussão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou de forma detalhada, que o governo e a câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo teriam detetado que o edifício onde se encontraria instalado o Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, não teria as condições necessárias para

que aqueles soldados tivessem a dignidade que mereceriam, uma vez que existiria deterioração nos balneários e nas casas de banho, pois as bases do chuveiro onde aqueles militares tomariam banho estariam todas ferrugentas e teriam levantado lascas tanto que tomariam banho de chinelos, para além de que quer os balneários femininos quer os masculinos estariam em péssimo estado e não haveria uma casa de banho a trabalhar em condições. Para agravar ainda mais aquela situação referiu que os militares da GNR - Guarda Nacional Republicana realizariam muitas formações conjuntas com a Guarda Civil de Espanha, e que seria uma vergonha receber quem viria de fora e dar umas condições daquelas aos militares da GNR. Perante tal situação disse que teria decidido lançar um concurso, tendo chegado à fase final mas que depois haveria sido anulado, porque quando visitou o quartel da GNR - Guarda Nacional Republicana teria ficado estupefacto com as condições que lá existiriam e decidiu lançar um concurso para que se fizessem obras de melhoramento principalmente nos balneários, quando senão o então Comandante Distrital da GNR, Cunha Resteiro, o teria alertado e dito que o Senhor Ministro da Administração Interna haveria tido conhecimento das obras que se iriam realizar, e como tal teria solicitado uma conversa porque pretendia dar celeridade ao projeto e à obra do posto da GNR, pois mais uma vez o município se iria substituir ao estado ao fazer obras num imóvel que apesar de lhe pertencer seria única e exclusivamente para servir a GNR - Guarda Nacional Republicana, quando aquela obrigação seria do Ministério da Administração Interna e do Ministério das Finanças. Assim mencionou o antigo protocolo assinado, porque já teria existido aquela intenção no passado de se reabilitar o posto da GNR, só que o processo teria ficado parado e o protocolo assinado haveria expirado, mas que haveriam efetuado todas as démarches necessárias para que aquela obra fosse executada. Entretanto salientou que o município já teria chegado a um entendimento com a Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna, uma vez que a obra estaria orçada em € 1.309.045,93 (um milhão trezentos e nove mil e quarenta e cinco euros e noventa e três cêntimos), em que a câmara municipal é que teria de lançar os procedimentos para se fazer a obra e pagar os autos, e só depois é que viria o dinheiro do estado. Destacou ainda que como existiria alguma desconfiança em todo aquele processo por parte do município, teriam sido colocadas algumas questões à Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna, porque se tivesse que ser a câmara municipal a pagar aquele montante como estaria estipulado, e depois ter que estar muito tempo à espera daquele dinheiro iria rebentar com as suas finanças, e não se faria mais do que renovar o quartel da GNR. Assim ter-se-ia obrigado aquela Secretaria Geral a pôr por escrito algumas das questões colocadas, tais como se houvesse uma revisão de preços, isto é, se os preços aumentassem ou se existisse inflação o que é que aconteceria, pelo que teria sido respondido. Para além daquelas questões, também se teria solicitado que fosse dito em que rubrica do Orçamento de Estado é que se iria buscar dinheiro para se pagar à câmara municipal aquelas obras. Esclareceu que só depois do gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna, com quem teria falado, ter publicado no Diário da República onde é que o dinheiro estaria cabimentado e em que rubrica é que ficaria disponível, ou seja, tudo através da força da lei, é que teria dado autorização para se fazer o protocolo. Sublinhou que aquele protocolo já haveria sido elaborado e aprovado em reunião de câmara municipal e que faltaria apenas aprová-lo na assembleia municipal, para que se iniciassem os

procedimentos para se lançar a obra de reabilitação do quartel da GNR de Figueira de Castelo Rodrigo que tanto precisaria. Evidenciou então que reunidas que estariam as condições ficaria à consideração daquela assembleia municipal a aprovação do Contrato de Cooperação Interadministrativo a celebrar com a Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna, a Guarda Nacional Republicana e também a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, para se realizarem aquelas obras. Por outro lado ainda haveria ali outra questão, a qual se prenderia com o facto de se estar a fazer obras naquilo que seria propriedade do município, só que seria justo que se o estado cumprisse com aquilo que estaria publicado naquela portaria, o qual passaria pelo pagamento por parte do município dos autos e que o estado procederia à transferência do dinheiro para a autarquia, que posteriormente se fizesse um contrato de comodato para se ceder por um determinado número de anos ao Ministério da Administração Interna aquele edifício. Também disse que no dia em que fosse apresentado um auto de medição e houvesse uma falta com a transferência da verba naquele mesmo dia pararia a obra, porque senão quem iria ficar lesada seria a câmara municipal. Anunciou ainda que o Senhor Ministro da Administração Interna pretenderia deslocar-se ao concelho para a assinatura do protocolo, ao qual teria toda a honra de assinar não com ele, uma vez que teria delegado no Comandante - Geral da Guarda Nacional Republicana e na Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna, para que a câmara municipal lançasse os procedimentos e executasse a obra em todo o edifício do quartel da GNR - Guarda Nacional Republicana em Figueira de Castelo Rodrigo. Assim referiu que seria o que haveria para informar sobre aquela proposta para aprovação, depois de todas aquelas voltas que o processo teria dado.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.11. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 41/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento Municipal de Condecorações do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal esclareceu que aquele regulamento já teria estado em consulta prévia, mas que não haveria tido qualquer participação.-----

-----De seguida a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar uma explicação sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, que a câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo não teria nenhum regulamento de condecorações do município, e que se quisesse condecorar alguma personalidade por algum feito, estirpe ou por algum serviço altruísta que tivesse realizado em prol do concelho, bem como condecorar funcionários com anos de serviço não existiria qualquer regulamentação. Assim sendo, aquele regulamento iria servir para regular aquilo que seriam as atribuições das condecorações, desde medalhas à chave de ouro do concelho, porque se alguma vez tivesse sido atribuída não teria valor nenhum porque não estaria regulamentada, e que por isso seria bom que se regulasse a atribuição daquelas condecorações.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com dezanove votos a favor da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sandra Monique Beato Pereira, da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Mónica Isabel da Costa Marques, do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Rui Miguel Marques Inácio, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonso e Vilar de Amargo, Ana Isabel Saraiva Marques, da Senhora Deputada Municipal, Ana Filipa Gomes Paiva Ribeiro, da Senhora Deputada Municipal, Anabela Saraiva Pinto Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, do Senhor Deputado Municipal, António Manuel Gomes Pereira, do Senhor Deputado Municipal, Bruno Miguel Aguilar Silva, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Alexandre Canotilho Coelho, do Senhor Deputado Municipal, Carlos Manuel Gonçalves Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, João Ricardo Sousa Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Manuel Lourenço Ferreira, do Senhor Deputado Municipal, Luís Ricardo Beato Pereira, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, Mário Francisco Macias Pinto, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo, Nuno João Pimentel Janeiro, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, Olga Cristina Russo dos Santos e da Senhora Deputada Municipal, Patrícia Daniela Gouveia Ferreira e com a abstenção do Senhor Deputado Municipal, Tiago Alexandre Gonçalves Simões, não tendo participado na votação o Senhor Deputado Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Marques Guerra, por não terem estado presentes no momento da votação.-----

-----3.12. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 42/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem – “Tu decides” – do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal esclareceu que aquele regulamento já teria estado em consulta pública no prazo regulamentar.-----

De seguida a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em análise.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal realçou que aquele regulamento do Orçamento Participativo Jovem, iria servir para dar voz aos jovens e fazer com que decidissem aquilo que pretendiam para o seu concelho. Mais explicou que aquele regulamento já teria chegado ao final da sua etapa, e que apenas faltaria a sua aprovação por parte da assembleia municipal para ser publicado em Diário da República e passar a ter eficácia externa.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.13. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 47/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Projeto de Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Figueira de Castelo Rodrigo - SAAS.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em discussão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que com transferência de competências para a câmara municipal na área da ação social, seria necessário elaborar um regulamento que viesse regular aquilo que seriam os apoios a atribuir pelos trezentos e oito municípios existentes no País, só que no caso de Figueira de Castelo Rodrigo já existiria um regulamento, e como tal só teria sido necessário adaptá-lo para que ficasse de acordo com aquilo que a segurança social exigisse. Portanto explicou que aquele projeto de regulamento já se encontraria na fase final, uma vez que já teria sido publicado o edital, submetido à consulta pública, e que naquele momento faltaria a aprovação por parte da assembleia municipal para que tivesse eficácia. Ressalvou ainda que aquele regulamento haveria chegado tarde, porque aquela transferência de competências teria tido início no princípio do mês de abril e que a assembleia municipal só se estaria a realizar no final daquele mês, mas que não teria havido necessidade de ter sido antecipada por aquele motivo, pois ainda estaria em tempo útil se naquele dia fosse aprovado. Mais acrescentou que o atendimento que estaria a ser feito pelas funcionárias da câmara municipal através da transferência de competências teria que estar regulamentado, e como tal estaria explanado naquele regulamento quais seriam as competências do município, bem como aquilo que poderia ou não atribuir. Assim sendo teria deixado a proposta à consideração das Senhoras e Senhores Deputados, dizendo que o regulamento já haveria sido aprovado pela segurança social e que nem poderia ser de outra maneira.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.14. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 44/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Segunda Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais para o Ano de 2023.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em questão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou, que aquela segunda alteração modificativa aos documentos previsionais para o presente ano, se prenderia com o reforço da verba devido à requalificação do quartel da GNR - Guarda Nacional Republicana, para além de que se iria proceder a

um acerto no empréstimo para a aquisição da viatura de resíduos sólidos urbanos, o qual estaria no Tribunal de Contas para ser aprovado, e que por aquele motivo é que ainda não se teria o camião do lixo. Aproveitou para informar que a viatura envolvida naquele trágico acidente, como haveria estado parada para investigação por parte das autoridades judiciais já haveria sido libertada e que estaria a arranjar, só que entretanto a compra do novo camião do lixo estaria dependente do parecer do Tribunal de Contas, em que o processo já teria sido enviado há muito tempo e dado os devidos esclarecimentos como seria da praxe, e que quando fosse dada autorização iria ser lançado um concurso, uma vez que o empréstimo já haveria sido aprovado para a compra do camião. Esclareceu que pelo camião que andaria a fazer a recolha do lixo estariam a pagar um aluguer mensal, o qual se deveria ao facto de se ter um Portugal burocrático, porque senão o fosse já teria chegado a autorização para a compra do veículo, e já haveria o camião para recolher o lixo com os funcionários do município, quando naquele momento o fariam num camião que seria alugado. Assim sendo, aquela seria uma despesa que se estaria a ter devido à burocracia existente no País, pois caso contrário o problema encontrar-se-ia resolvido. Após aquela explicação, salientou que iria haver um reforço da verba referente à aquisição para a viatura da recolha dos resíduos sólidos urbanos, mas também a inclusão de €100.000,00 (cem mil euros) para a zona de lazer e de jogos tradicionais da Reigada, pois aquela freguesia iria ter uma grande zona de lazer logo à entrada do lado direito, em que teria sido preciso fazer um contrato de comodato da freguesia da Reigada para a câmara municipal, porque o município iria candidatar aquela zona de lazer a fundos comunitários os quais já estariam praticamente garantidos, uma vez que só as câmaras municipais se poderiam candidatar e não as freguesias, e como tal teriam feito aquele comodato, e assim sendo já apareceria aquela verba, pois teria passado a despesa para a câmara municipal. Referiu ainda que haveria uma redução de €100.000,00 (cem mil euros), a qual seria para a aquisição e reparação de algumas viaturas. Mais disse que relativamente às viaturas estariam obrigados a adquirir mais, porque aquelas onde seriam transportadas as crianças algumas já teriam dezasseis anos e outras estariam a fazer em breve o que seria proibido por lei, o que significaria que viaturas com mais de dezasseis anos não poderiam transportar crianças, o que iria levar a despesas acrescidas, uma vez que não teriam sido substituídas ao longo do tempo, e assim haveria destacado que o executivo também teria sido eleito para resolver aquelas situações. Nesse sentido esclareceu que iriam ter que ser substituídas três viaturas, segundo informação do Senhor Vice-Presidente, pois seria ele que teria esse pelouro e essa responsabilidade, e como tal já teria sido lançado o procedimento para aquisição de uma delas. Também explicou que as viaturas não iriam ser novas para que se conseguisse poupar algum dinheiro, porque iriam ser muitas as viaturas que a autarquia teria que comprar, e que a par disso existiriam pedidos de apoio por parte de algumas associações para a compra de viaturas, uma vez que estariam a chegar ao fim de vida e que também já não reuniriam as condições exigidas para a sua circulação. Assim terminou a sua intervenção dizendo, que no fundo aquela modificação aos documentos previsionais, seria precisamente para colocar o dinheiro nas rubricas que seriam necessárias, tais como para o quartel da Guarda Nacional Republicana, para a zona de lazer e jogos tradicionais na freguesia da Reigada e ainda para a aquisição da viatura de resíduos sólidos urbanos.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com vinte votos a favor da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sandra Monique Beato Pereira, da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Mónica Isabel da Costa Marques, do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Rui Miguel Marques Inácio, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Ana Isabel Saraiva Marques, da Senhora Deputada Municipal, Ana Filipa Gomes Paiva Ribeiro, da Senhora Deputada Municipal, Anabela Saraiva Pinto Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, do Senhor Deputado Municipal, António Manuel Gomes Pereira, do Senhor Deputado Municipal, Bruno Miguel Aguilhar Silva, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Alexandre Canotilho Coelho, do Senhor Deputado Municipal, Carlos Manuel Gonçalves Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, João Ricardo Sousa Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Manuel Lourenço Ferreira, do Senhor Deputado Municipal, Luís Ricardo Beato Pereira, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, Mário Francisco Macias Pinto, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo, Nuno João Pimentel Janeiro, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Marques Guerra, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, Olga Cristina Russo dos Santos e da Senhora Deputada Municipal, Patrícia Daniela Gouveia Ferreira, e com quatro votos de abstenção da Senhora Deputada Municipal, Daniela Marisa Panta Nunes Montes, do Senhor Deputado Municipal, João Pedro Ruas Quadrado, do Senhor Deputado Municipal, Tiago Alexandre Gonçalves Simões e da Senhora Deputada Municipal, Zélia Emília Salvado da Costa Morgado, não tendo participado na votação o Senhor Deputado Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva, por não ter estado presente no momento da votação.-----

-----De seguida a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que nada teria contra a abstenção, mas que queria apenas ali referir a todas as Senhoras e Senhores Deputados, que se concordariam com a requalificação do quartel da Guarda Nacional Republicana, a aquisição do camião do lixo e com as obras para a construção da zona de lazer e jogos tradicionais na freguesia da Reigada, não veria porque é que não estariam de acordo e votassem a favor daquele reforço que seria apenas para aqueles projetos. Mais disse que não conseguiria compreender mas que respeitaria como bom democrata que seria, e que ficasse registado em ata aquela sua estupefação com os Deputados do Partido Socialista, uma vez que concordariam com as obras mas que não estariam de acordo com a alteração aos documentos previsionais, os quais apenas serviriam para criar nas rubricas o dinheiro para que se conseguissem realizar aqueles projetos.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo dado de imediato a palavra ao Senhor Deputado João Pedro Ruas Quadrado, após este a ter pedido.-----

-----O Senhor Deputado Municipal começou a sua intervenção por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora e o Senhor Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora e o Senhor Vereador. A seguir explicou que não poderia falar em nome do Partido Socialista, mas que se encontraria a pronunciar ali em seu nome e como tal, disse, que se estaria no final do mês de abril e que aquela já teria sido a segunda alteração ao orçamento, tendo realçado que as obras que tivessem que ser feitas que se fizessem, pois não deveria haver ali ninguém contra a sua execução e que as alterações modificativas também seriam fáceis de se realizar, porque 10% (dez por cento) do orçamento estaria inscrito em rubricas de outros, o que facilmente se conseguiria mudar de um sítio para o outro e que não lhe pareceria que houvesse alguma limitação. Na sua opinião e quanto ao projeto da zona de lazer e jogos tradicionais na freguesia da Reigada, seria um caso claro de que não existiria propriamente um rumo ou uma intenção, uma vez que teria havido a possibilidade de se meter aquele projeto numa candidatura que teria aparecido e que se estaria ali a arranjar orçamento para ele, o que não teria nada contra tanto que a obra iria ser feita, assim o esperaria, e que tudo corresse pelo melhor. Destacou ainda que tal como se teria feito no Orçamento no início do ano, houve novamente duas alterações em quatro meses, e como o Senhor Presidente teria a maioria no município, nas juntas de freguesia e na assembleia municipal facilmente iriam passar, achando assim que só conforto é que existiria.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado João Quadrado, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu, que para que se conseguissem fazer as obras seria necessário dotar as rubricas e efetuar aquelas alterações, e como tal, teria passado a explicar as três alterações que fariam parte daquela segunda alteração modificativa aos documentos previsionais, para que ficasse tudo muito claro. Assim sendo referiu, que no início quando se elaborou aquele Orçamento ninguém poderia adivinhar que o camião do lixo iria ter um acidente, e que por aquele motivo teria sido preciso reforçar aquela rubrica. Por outro lado também não estaria previsto a requalificação do edifício da Guarda Nacional Republicana, uma vez que estaria caducado o contrato e nem sequer se teria a autorização necessária, pelo que não haveria como saber que o Ministério da Administração Interna e o das Finanças iriam avançar com aquele projeto e a verba para ser realizada a obra, e que por aquele motivo é que os documentos seriam previsionais, porque numa das situações não se poderia ter previsto o acidente senão ainda se teria o camião, e na outra só se o governo tivesse dito a tempo para ser colocado dinheiro naquela rubrica em particular, tal como se costumaria fazer na maior parte da administração central em que até seria enviado um e-mail a comunicar tal situação. Relativamente ao projeto da zona de lazer e jogos tradicionais na freguesia da Reigada, seria por uma questão de oportunidade de financiamento e como tal também não estaria previsto, e que só iria ser executado porque existiria dinheiro para tal o qual já estaria garantido, tendo reforçado a ideia de que não estaria a

ver qual seria o problema em serem reforçadas rubricas para a sua execução. Mais disse que se fosse preciso alterar mais o Orçamento num ano de imprevisibilidades como seria aquele, em que se teria recebido as competências da educação, da ação social e onde o município haveria sido obrigado a pagar mais por produtos, bens e serviços, naturalmente que se fosse necessário pedir mais alterações elas seriam efetuadas, desde que ocorressem para o desenvolvimento do concelho e para o bem-estar da população. Nesse sentido é que teria dito que não conseguiria perceber o sentido da votação que haveria sido de abstenção por parte dos Senhores Deputados do Partido Socialista, ou então é porque não estariam de acordo com o reforço naquelas três situações. Mencionou ainda que relativamente à compra das viaturas que teriam chegado ao fim de vida explicou que iriam continuar a circular, mas que não transportariam as crianças porque não poderiam. Assim para terminar ter-se-ia dirigido aos Senhores Deputados para lhes explicar que só teriam duas opções, ou que não concordariam com aquelas alterações ou então poderiam dizer que aquelas seriam escolhas do executivo, e como tal que se absteriam, o que seria diferente. Agora esperaria que estivessem de acordo com aquelas obras uma vez que seriam importantes para o desenvolvimento do concelho, bem como com a aquisição da viatura para a recolha do lixo se não quisessem que o lixo ficasse por recolher, mas que não conseguiria compreender aquela votação mas que estaria no seu direito, uma vez que se viveria numa democracia e que existiria liberdade de expressão. Salientou igualmente que na política sempre lhe teriam ensinado que às vezes se erraria no óbvio, mas que relativamente aquilo que o Senhor Deputado João Quadrado teria dito, de que o executivo possuiria maioria na câmara e assembleia municipal bem como nas juntas de freguesia é que tudo aquilo iria ser executado, e que apenas haveria feito um reparo no sentido de que se aquelas obras seriam importantes então porque é que não votariam naquilo que seriam as alterações. Mais realçou que se tivesse que apresentar outra alteração, desde que fosse para fazer mais obra, desenvolver o concelho e promover o bem-estar que a iria expor naquela assembleia, tal como aconteceria em todos os municípios.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**3.15. Apreciação, Discussão e Votação da Proposta n.º 45/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Prestação de Contas do ano económico de 2022.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em discussão.---

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que o documento teria sido distribuído e que esperaria que as Senhoras e os Senhores Deputados o tivessem analisado. Salientou que apenas iria fazer um pequeno enquadramento e tecer algumas considerações às contas, uma vez que em primeira instância teriam sido elaboradas pelos revisores oficiais de contas e que por isso é que os municípios teriam a obrigatoriedade de os ter de serviço. Mais disse que o ano económico de dois mil e vinte e dois teria sido muito atípico e de imprevisibilidade, uma vez que haveria sido despoletado uma guerra em que a Rússia teria invadido a Ucrânia, e que com isso se tivesse começado a fazer com que o mundo

passasse a viver de outra forma, quer ao nível social mas também económico o que teria trazido constrangimentos vários, entre os quais o aumento da inflação, das taxas de juros e as implicações que teriam tido para as famílias e instituições, mas também para a câmara municipal a qual não teria ficado isenta, tanto no escalar dos preços dos combustíveis, da energia e das matérias-primas, o que teria significado que todos haveriam ficado prejudicados em Figueira de Castelo Rodrigo, no país e no mundo. Ressalvou que aquele teria sido o enquadramento que pretenderia fazer quanto ao ano económico, não obstante a câmara municipal não teria parado e o concelho avançado, e que aquilo que diria a prestação de contas seria que o grau de execução da receita teria sido de 99% (noventa e nove por cento), quando em dois mil e um haveria sido de 75% (setenta e cinco por cento), ou seja, mais (24%) vinte e quatro pontos percentuais apesar da crise e da guerra. Relativamente ao grau de execução da despesa em dois mil e vinte e um teria sido de 60,14% (sessenta vírgula catorze pontos percentuais), e no ano económico de dois mil e vinte e dois de 78,81% (setenta vírgula oitenta e um por cento), o que equivaleria a mais 18,67% (dezoito vírgula sessenta e sete pontos percentuais), o que evidenciaria aquilo que teria sido a eficiência na execução do orçamento relativo ao ano de dois mil e vinte e dois. Quanto ao grau de execução total de dois mil e vinte e um teria sido de 60% (sessenta por cento), e em dois mil e vinte e dois de 79% (setenta e nove por cento), ou seja, mais um acréscimo de dezanove pontos percentuais, tendo lembrado que aquele executivo e assembleia municipal só teria assumido funções quase no final do ano de dois mil e vinte e um. Por outro lado mencionou que o rácio de liquidez da câmara municipal apesar dos aumentos todos e de tudo o que já ali teria sido referido, a liquidez global em dois mil e vinte e um ter-se-ia traduzido em 2,1% (dois vírgula um por cento), e em dois mil e vinte e dois 3,8% (três vírgula oito por cento), ou seja, mais 1,6% (um vírgula seis por cento), o que significaria que a liquidez reduzida apresentaria e acompanharia os mesmos valores da global. Assim sendo, a liquidez das contas do município em dois mil e vinte e um teriam sido de 2,1% (dois vírgula um por cento), e em dois mil e vinte e dois 3,7% (três vírgula sete por cento), o que equivaleria a mais 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento). A par disso também teria explicado que o capital em dívida corrente em dois mil e vinte e um haveria sido de € 2.796.224,00 (dois milhões setecentos e noventa e seis mil duzentos e vinte e quatro euros), e em dois mil e vinte e dois apesar de todas as obras, acontecimentos, aumentos e da inflação, a dívida do município teria passado para € 2.490.876,00 (dois milhões quatrocentos e noventa mil oitocentos e setenta e seis euros), ou seja, menos €305.000,00 (trezentos e cinco mil euros). Quanto aos prazos médios de pagamento terá dito que em dois mil e vinte e um seriam de cinquenta e sete dias e que em dois mil e vinte e dois teriam passado para menos de trinta dias, mais concretamente numa média de vinte e sete dias, porque em alguns casos estar-se-ia a pagar a fornecedores entre oito e a quinze dias, bem como aos empreiteiros e comerciantes de Figueira de Castelo Rodrigo, o que significaria por um lado que se estaria a injetar dinheiro na economia local e por outro que mais ninguém se iria dirigir à câmara municipal, para dizerem que a sua fatura se encontraria para pagamento há não sei quantos anos, tal como teria acontecido aos agricultores, os quais haveriam estado três anos à espera pelo dinheiro das candidaturas a que se teriam candidatado e que os apoios à natalidade estariam em dia. Portanto na sua opinião aquele seria um resultado positivo, o facto do pagamento médio da câmara municipal

naquele momento ter sido estabelecido nos vinte e sete dias. Mais disse que não se iria alongar muito nos mapas apresentados, mas que teria pretendido proferir aquilo que teria sido citado pelos revisores oficiais de contas bem como uma citação do Senhor Vice-Presidente o qual seria o homem das contas, pois quando a campanha começasse a tocar ele diria; Senhor Presidente é preciso baixar ou levantar a guarda; o que às vezes não seria cumprido porque no seu entendimento não veria mal nenhum que as câmaras municipais tivessem endividamento desde que fosse criada riqueza e desenvolvimento no concelho, o que seria diferente de outros que diriam que as contas não seriam para pagar, mas no seu caso tal não sucederia pois seria um homem de palavra e de boas contas. Assim sendo e tendo continuado a citar terá dito; que aquela prestação de contas do ano económico o município de Figueira de Castelo Rodrigo não só consolidou como melhorou a situação financeira, estando assim reunidas as condições para alavancar projetos no âmbito do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência e do PT 2030 - Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia para aplicar 23 mil milhões de euros dos fundos europeus em projetos que estimulem e desenvolvam a economia portuguesa, entre 2021 e 2027. O revisor oficial de contas relativamente aos resultados líquidos apresentados para o efeito e comparativos com o ano de dois mil e vinte e um, entendo que os mesmos não são diretamente comparáveis com dois mil e vinte dois, isto porque como referido na certificação legal de contas foi derogada uma norma de enquadramento, a qual seria uma questão mais técnica, o que originou uma sobreavaliação do resultado líquido em dois mil e vinte e um no valor de €399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil euros), e por isso está aqui constituída uma reserva de €399.738,00 (trezentos e noventa e nove mil setecentos e trinta e oito euros); Lembrou ainda que o município poderia ter contas ainda melhores do que aquelas que se encontrariam ali, se na transferência de competências na área da educação tivesse sido dado um envelope financeiro adequado para face às despesas existentes, ter-se-iam obtido rácios e contas melhores. Mais disse que aquelas contas seriam a arte do possível, e que com elas no ano de dois mil e vinte e dois teriam feito tudo a que se haveriam propostos, independentemente da crise que teria assolado Figueira de Castelo Rodrigo, o país e o mundo. Também salientou que se houvesse coisa da qual se poderia orgulhar é que aquilo que seria adjudicado e comprado seria pago a tempo e horas e com graus de execução de 99% (noventa e nove por cento). Quanto a mais destacou, que as Senhoras e os Senhores Deputados teriam os documentos todos na sua posse incluindo o parecer do revisor oficial de contas, para que os pudessem apreciar e ler atentamente.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, terminou a sua intervenção dizendo, que os números falariam por si e que as contas estariam apresentadas, ficando assim para a apreciação e votação de todos os membros da assembleia municipal que ali estivessem presentes.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com vinte votos a favor da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sandra Monique Beato Pereira,

da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Mónica Isabel da Costa Marques, do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Rui Miguel Marques Inácio, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Ana Isabel Saraiva Marques, da Senhora Deputada Municipal, Ana Filipa Gomes Paiva Ribeiro, da Senhora Deputada Municipal, Anabela Saraiva Pinto Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, do Senhor Deputado Municipal, António Manuel Gomes Pereira, do Senhor Deputado Municipal, Bruno Miguel Aguilar Silva, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Alexandre Canotilho Coelho, do Senhor Deputado Municipal, Carlos Manuel Gonçalves Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, João Ricardo Sousa Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Manuel Lourenço Ferreira, do Senhor Deputado Municipal, Luís Ricardo Beato Pereira, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, Mário Francisco Macias Pinto, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo, Nuno João Pimentel Janeiro, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Marques Guerra, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, Olga Cristina Russo dos Santos e da Senhora Deputada Municipal, Patrícia Daniela Gouveia Ferreira, e com quatro votos de abstenção da Senhora Deputada Municipal, Daniela Marisa Panta Nunes Montes, do Senhor Deputado Municipal, João Pedro Ruas Quadrado, do Senhor Deputado Municipal, Tiago Alexandre Gonçalves Simões e da Senhora Deputada Municipal, Zélia Emília Salvado da Costa Morgado, não tendo participado na votação o Senhor Deputado Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva, por não ter estado presente no momento da votação.-----

-----De seguida a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu novamente a presença de todos, tendo feito votos que tivessem um excelente fim de semana prolongado, e antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer umas últimas palavras, ter-se-ia despedido até à próxima assembleia municipal.-----

-----**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, referindo que** por uma questão de respeito pretenderia despedir-se e agradecer a todos pela sua presença, bem como desejar um bom resto de dia e acima de tudo que tivessem muita saúde, porque sem ela não haveria nem orçamentos nem autarquias que funcionassem, e também não existiria força anímica que fizesse avançar o concelho. Terminou agradecendo mais uma vez a presença de todos os presentes, tendo-lhes desejado uma boa tarde.-----

-----Mais deliberaram os membros que compõem a Assembleia Municipal por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezassete horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Sandra Monique Beato Pereira. --